

4. PROPOSTAS DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS A ENTIDADES:

Submetem-se à consideração do Executivo as seguintes propostas para atribuição de subsídios a entidades:

VEREADORA DA CULTURA:

- **CineUM-Cineclube da Universidade do Minho**, no valor de **600,00€**, destinado a comparticipar nas despesas decorrentes com edição do festival de cinema BragaCine.

- **Rancho Folclórico de Santa Maria de Adaúfe**, no valor de **2.000,00€**, destinado a comparticipar nas despesas com a aquisição de trajes.

- **Fábrica da Igreja Paroquial de São Tiago de Priscos**, no valor de **2.500,00€**, destinado a comparticipar nas despesas com a edição do Presépio Vivo de Priscos.

- Submete-se ainda proposta segundo a qual o Município de Braga assume na candidatura ao Portugal Inovação Social, como Investidor Social do **Human Power Hub — Centro de Inovação Social**, com um financiamento no ano de 2019 de 43.171,15 €, no ano de 2020 de 33.946,15 € e no ano de 2021 de 37.242,70 €, conforme proposta em anexo.

Nº Informação: 39267

Data: 14/12/2018

Assunto: Atribuição de apoio financeiro :: BragaCine 2018

O CineUM – Cineclube da Universidade do Minho propõe-se realizar mais uma edição do festival de cinema BragaCine.

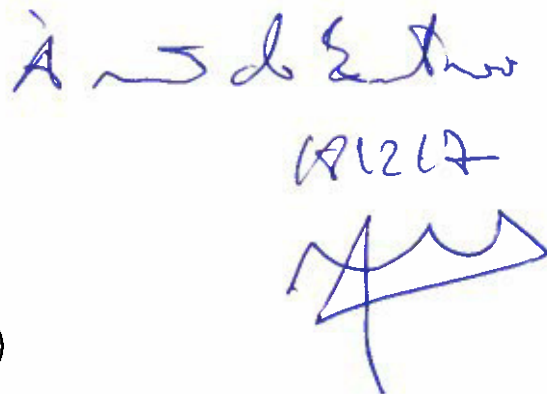
Tendo dado entrada o pedido E/54491/2018, referente a um pedido de apoio financeiro à iniciativa acima indicada, e estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 244/2016, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada.

Neste sentido, e por forma a compartilhar as despesas decorrentes desta singular edição, proponho que a Câmara Municipal de Braga atribua um apoio financeiro de **600,00 euros** ao CineUM – Cineclube da Universidade do Minho, pessoa coletiva n.º 504371061, com sede na Junta de Freguesia de Maximinos, 4700-034 Braga.

A Vereadora da Cultura



Lídia Dias, (Dra.)



Registo n.º 8154491/2018Data do registo 03-10-2018Pago pela guia n.º Recam n.º 244/2016EX.MO SENHOR PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**PEDIDO DE APOIO****1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE* (preenchimento obrigatório)**Nome CINEUM - CINECLUBE DA UNIVERSIDADE DO MINHODomicílio UNTA DE FREGUÉSIA DE MAXIMINOSFreguesia MAXIMINOSCódigo Postal N.º de identificação civil N.º de identificação fiscal 504371061Telefone 967366467Endereço Eletrónico arturbarras@live.com pt**1.1. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE* (preenchimento obrigatório, se aplicável)**Nome ARTUR BARROS MOREIRADomicílio RUA PINTO GILHO LANSO, 15Freguesia S. VITORCódigo Postal 4715-042N.º de identificação civil 9650129N.º de identificação fiscal 198971079Telefone Endereço Eletrónico arturbarras@live.com ptNa qualidade de ☐ Mandatário ☐ Sócio-gerente ☐ Administrador ☒ Outro PRESIDENTECódigo para consulta da Procuração Online **2. ÁREA E TIPO DE APOIO A QUE SE REFERE O PEDIDO**Área de atividade ☐ Social ☐ Cultural ☒ Juvenil ☐ Recreativa ☐ Outra ☒ Apoio financeiro para:☒ Continuidade ou incremento de projeto ou atividade;☐ Construção, beneficiação ou conservação de instalações;☐ Aquisição de equipamentos de natureza social, recreativa, cultural ou outra.☐ Apoio não financeiro para:☐ Cedência de equipamento ☐ Espaços Físicos ☐ Meios técnicos e logísticos☐ Outros (indique quais)

* Preencher de forma legível

3.A. INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE APOIO

ATIVIDADE/PROJETO

Designação: **16º BRAGACINE-FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA**

Descrição: **INDEPENDENTE DE BRAGA**

O ~~BRAGACINE~~ BRAGACINE foi nomeado para melhor evento pelos órgãos da Nossa Terra pelo segundo ano consecutivo.

Objetivos:

Ter como objetivo criar um Passeio da fama, atribuído pelas personalidades do cinema que visita Braga e a Comissão da Bragafilm Commission

Fundamentação do interesse municipal da atividade:

Através do turismo cinematográfico a cidade de Braga.

Histórico da atividade: ☐ Nova ☒ Continuidade

Orçamento discriminado

Descrição das receitas	Valores em euros
Próprias	500
CMB	5000
Outras entidades públicas	10000
Patrocínios /Mecenato	
Outras fontes de financiamento	
TOTAL	15500

* Preencher de forma legível

3.A. INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE APOIO (continuação)

Descrição das despesas	Valores em euros
Propriedades	500
CMB	5000
IPD	6000
TCA	4000
TOTAL	15500

Cronograma da execução física: Período de execução da atividade ☒ Anual ☐ Outra

Cronograma financeiro: ☒ Anual ☐ Outra

3.B. INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE APOIO NÃO FINANCEIRO

ATIVIDADE/PROJETO

Designação: 16º BRAGACINE

Data de realização: 16 e 17 Novembro 2018

Descrição:

O BRAGACINE foi nomeado para melhor evento pela comunidade Nossa Terra pelo segundo ano consecutivo.

Fundamentação do interesse municipal da atividade:

Evento de um parreio da fama, constituído por personalidades de nome que visitam Braga e a criação de uma Braga Trail Comissão e ataca o turismo em todo o município da cidade de Braga.

* Preencher de forma legível

4. DOCUMENTOS APRESENTADOS

<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	

<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	

5. MEMBROS REPRESENTANTES LEGAIS DA ENTIDADE

Nome	Cargo
ARTUR BARROS MOREIRA	PRESIDENTE
HUGO FERREIRA	VICE - PRESIDENTE
HUGO MAILDE AZEVEDO	TESOUEIRO

Pede deferimento.

O(s) requerente(s)

Artur Barros Moreira

Data

31/10/2015

Data

Esta minuta é um mero modelo de requerimento

O requerente responsabiliza-se pela informação prestada, quanto à pretensão e conteúdo.

APREENCHER PELOS SERVIÇOS

☒ A assinatura do(s) requerente(s) foi confirmada pela exibição do documento de identificação civil

N.º documento

09650129

Data de validade

27-07-2022

N.º documento

Data de validade

☒ O pedido está instruído com os elementos supra indicados pelo requerente.

☐ Existem deficiências ou omissões na instrução do pedido, tendo sido informado o requerente do provável pedido de aperfeiçoamento. Contudo, por sua insistência, foi aceite.

OBSERVAÇÕES

--

O técnico de atendimento



Data

03/10/2018

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

PROP.: APOIO BRGA C/2018

Serviço Requiritante: 50 Div. Cultura

Organica: 05 Cultura

Económica: 040701 Instituições sem fins lucrativos

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

251 CULTURA

2017/25 APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS

Acc.: 3 Apoio a diversas entidades no âmbito cultural

N.Seq.: 37296

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 1 000 000,00

Cabimentado: 999 817,86

Saldo: 182,14

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		

18/12/2018 19655 1,00

18/12/2018 21961

41510 DOC.GENER: BRAGACINE/2018

1,00

1,00 APOIO FINANCEIRO - CINEUM - CINECLUBE DA UNIVERSIDADE DO MINHO.

0,00 APOIO FINANCEIRO - CINEUM - CINECLUBE DA UNIVERSIDADE DO MINHO.

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Compromisso

DOC.GENER: BRAGACINE/2018

Serviço Requiritante: 50 Div. Cultura

Cabimento prévio: PROP.: APOIO BRGA C/2018

Entidade: 11254 Cine um-cineclube Universidade Minho
NIF: 504371061

Orgânica: 05 Cultura

Económica: 040701 Instituições sem fins lucrativos

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

251 CULTURA

2017/25 APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS

Acc.: 3 Apoio a diversas entidades no âmbito cultural

N.Seq.: 41510

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
18/12/2018	21961	1,00				1,00		APOIO FINANCEIRO - CINEUM - CINECLUBE DA UNIVERSIDADE DO MINHO.
18/12/2018	21962					1,00	599,00	

Câmara Municipal de Braga

Comprovativo de Fundos Disponíveis

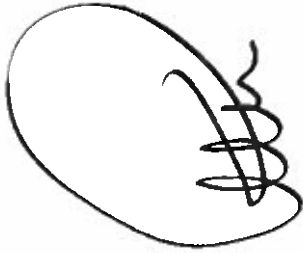
DOC.GENER: BRAGACINE/2018

Serviço Requisitante: 50 Div. Cultura

Entidade: 11254 Cine.um-cineclube Universidade Minho

N.Seq.: 41510

Data	Período de Liquidação	2018		Anos Seguintes				Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)
		F. Disponível	Valor	F.Disp após	2019	2020	2021	
18/12/2018	dezembro	23 725 211,53	1,00	23 725 210,53				
18/12/2018	janeiro	0,00		-599,00	599,00			



Nº Informação: 39273

Data: 14/12/2018

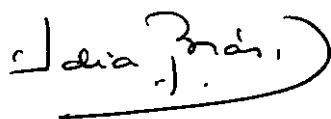
Assunto: Atribuição de apoio financeiro :: Rancho Folclórico de Santa Maria de Adaúfe

O Rancho Folclórico de Santa Maria de Adaúfe, devidamente inscrito no RECAM com o n.º 166/2015, vem solicitar ao Município de Braga um apoio financeiro para aquisição de trajes, que lhe permitam desenvolver a sua atividade de divulgação da nossa etnografia e dinamização cultural da comunidade em que se inserem.

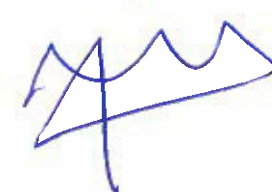
Considerando o Município que os grupos folclóricos e etnográficos são de enorme relevância para a defesa das nossas tradições e promoção da nossa identidade enquanto comunidade, e tendo dado entrada o pedido registado em E/4757/2018, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada.

Neste sentido, e por forma a comparticipar as despesas supracitadas, proponho que a Câmara Municipal de Braga atribua um apoio financeiro de **2.000,00 euros** ao Rancho Folclórico de Santa Maria de Adaúfe pessoa coletiva n.º 502 400 404, com sede na Travessa do Giestal n.º9, 4710 Adaúfe - Braga.

A Vereadora da Cultura



Lidia Dias, (Dra.)

A 5 de Dezembro.
18/12/18


Registo n.º Data do registo Pago pela guia n.º

EX.MO SENHOR PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

PEDIDO DE APOIO *subsídio*

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE* (preenchimento obrigatório)

Nome *Rancho Folclórico Santa Tália Adarfe*Domicílio *av. Smaulada Comercial 189*Freguesia *Adarfe* Código Postal *4710-820*N.º de identificação civil N.º de identificação fiscal *502400404*Telefone Endereço Eletrónico *ranchoadadufe@gmail.com*

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE* (preenchimento obrigatório, se aplicável)

Nome *Paulo António Monteiro*Domicílio *Rua Júlio Lima 21*Freguesia *Adarfe* Código Postal *4710 862*N.º de identificação civil *08232049* N.º de identificação fiscal *108046254*Telefone *934978188* Endereço Eletrónico Na qualidade de ☒ Mandatário ☐ Sócio-gerente ☐ Administrador ☐ Outro Código para consulta da Procuração Online

2. ÁREA E TIPO DE APOIO A QUE SE REFERE O PEDIDO

Área de atividade ☐ Social ☒ Cultural ☐ Juvenil ☐ Recreativa ☐ Outra ☒ Apoio financeiro para:☐ Continuidade ou incremento de projeto ou atividade;☐ Construção, beneficiação ou conservação de instalações;☐ Aquisição de equipamentos de natureza social, recreativa, cultural ou outra.☐ Apoio não financeiro para:☐ Cedência de equipamento ☐ Espaços Físicos ☐ Meios técnicos e logísticos☐ Outros (indique quais)

3.A. INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE APOIO

ATIVIDADE/PROJETO

Designação: pedido de apoio

Descrição:

Pedido de apoio para vestuário para elementos do mesmo que se encontram a ficar em um estado.

Objetivos:

Fundamentação do interesse municipal da atividade:

Histórico da atividade: ☐ Nova ☐ Continuidade

Orçamento discriminado

Descrição das receitas	Valores em euros
Próprias	<u>1700 €</u>
CMB	<u>500 €</u>
Outras entidades públicas	<u>700 €</u>
Patrocínios /Mecenato	<u>1800 €</u>
Outras fontes de financiamento	<u>1000 €</u>
TOTAL	<u>5700</u>

3.A. INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE APOIO (continuação)

Descrição das despesas	Valores em euros
deslocações	2300€
jantar convívio - festival	1500€
Roupeiro	1.150€
Seguros	750€
TOTAL	5700€

Cronograma da execução física: Período de execução da atividade ☐ Anual ☐ Outra

Cronograma financeiro: ☐ Anual ☐ Outra

3.B. INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE APOIO NÃO FINANCEIRO

ATIVIDADE/PROJETO

Designação

Data de realização:

Descrição:

Fundamentação do interesse municipal da atividade:

* Preencher de forma livre

4. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☐

☐

☐

<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	

5. MEMBROS REPRESENTANTES LEGAIS DA ENTIDADE

Nome	Cargo
Mário Antunes	Presidente
António Oliveira Silva	tesoureiro

Pede deferimento.

O(s) requerente(s) Mário Antunes Data 2018-10-01
António Oliveira Silva Data 2018-10-01

Esta minuta é um mero modelo de requerimento

O requerente responsabiliza-se pela informação prestada quanto a pretensão a concretizar.

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

☐ A assinatura do(s) requerente(s) foi confirmada pela exibição do documento de identificação civil

N.º documento Data de validade

N.º documento Data de validade

☐ O pedido está instruído com os elementos supra indicados pelo requerente.

☐ Existem deficiências ou omissões na instrução do pedido, tendo sido informado o requerente do provável pedido de aperfeiçoamento. Contudo, por sua insistência, foi aceite.

OBSERVAÇÕES

O técnico de atendimento Data

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

N.Seq.: 37299

PROP.: ADAÚFE/2018

Serviço Requisitante: 50 Div. Cultura

Organica: 05 Cultura

Económica: 040701 Instituições sem fins lucrativos

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

251 CULTURA

2017/25 APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS

Acc.: 3 Apoio a diversas entidades no âmbito cultural

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 1 000 000,00

Cabimentado: 999 819,86

Saldo: 180,14

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
18/12/2018	19658	1,00					1,00	APOIO FINANCEIRO - AQUISIÇÃO DE TRAJES.
18/12/2018	21966			41513	DOC.GENER: ADAÚFE/2018	1,00	0,00	APOIO FINANCEIRO - AQUISIÇÃO DE TRAJES

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

N.Seq.: 41513

DOC.GENER: ADAÚFE/2018

Serviço Requisitante: 50 Div. Cultura

Cabimento prévio: PROP.: ADAÚFE/2018

Contrato:

Entidade: 10743 Rancho Folclórico Santa Maria Adaufe

NIF: 502400404

Orgânica: 05 Cultura

Económica: 040701 Instituições sem fins lucrativos

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

251 CULTURA

2017/25 APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS

Acc.: 3 Apoio a diversas entidades no âmbito cultural

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
18/12/2018	21966	1,00				1,00		APOIO FINANCEIRO - AQUISIÇÃO DE TRAJES
18/12/2018	21967					1,00	1 999,00	

Câmara Municipal de Braga

Comprovativo de Fundos Disponíveis

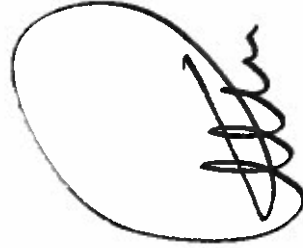
N.Seq.: 41513

DOC.GENER: ADAÚFE/2018

Serviço Requisitante: 50 Div. Cultura

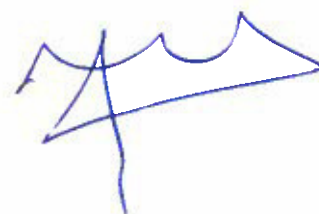
Entidade: 10743 Rancho Folclórico Santa Maria Adaufe

Data	Período de Liquidação	2018		Anos Seguintes				Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)
		F. Disponível	Valor	F.Disp após	2019	2020	2021	
18/12/2018	dezembro	18 725 209,53	1,00	18 725 208,53				
18/12/2018	janeiro	0,00		-1 999,00	1 999,00			





181217



Nº Informação: 39446

Data: 17/12/2018

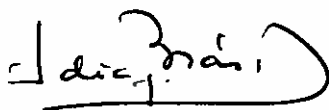
Assunto: Atribuição de apoio financeiro :: Presépio ao Vivo de Priscos

A Fábrica da Igreja Paroquial de São Tiago de Priscos vai realizar mais uma edição do Presépio Vivo de Priscos, uma iniciativa que é já uma marca de enorme visibilidade no calendário anual de eventos culturais realizados no Município de Braga.

Tendo dado entrada o pedido que se anexa, referente a um apoio financeiro à iniciativa acima indicada, e estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 105/2014, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada.

Neste sentido, e por forma a comparticipar as despesas decorrentes desta singular edição, proponho que a Câmara Municipal de Braga atribua um apoio financeiro de **2.500,00 euros** à Fábrica da Igreja Paroquial de São Tiago de Priscos, pessoa coletiva n.º 501242562, com sede no largo Padre Artur Lopes dos Santos, Priscos, 4705-562 Braga.

A Vereadora da Cultura



Lidia Dias, (Dra.)

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

PROP.: APOIO FINAN/2018

Serviço Requiritante: 50 Div. Cultura

Organica: 05 Cultura

Económica: 040701 Instituições sem fins lucrativos

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

251 CULTURA

2017/25 APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS

Acc.: 3 Apoio a diversas entidades no âmbito cultural

N.Seq.: 37294

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 1 000 000,00

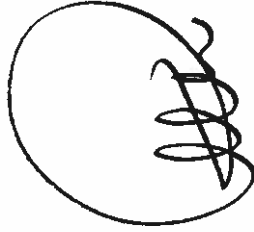
Cabimentado: 999 816,86

Saldo: 183,14

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
18/12/2018	19653					1,00		1,00 APOIO FINANCEIRO - PRESEPIO AO VIVO DE PRISCOS.
18/12/2018	21958			41508	DOC.GENER: APOIO FINANC/2018	1,00		0,00 APOIO FINANCEIRO - PRESEPIO AO VIVO DE PRISCOS.



Câmara Municipal de Braga
Ficha do Compromisso

N.Seq.: 41508

DOC.GENER: APOIO FINANC/2018

Serviço Requisitante: 50 Div. Cultura

Cabimento prévio: PROP.: APOIO FINAN/2018

Contrato:

Entidade: 10871 Fábrica da Igreja de S.tiago de Priscos

NIF: 501242562

Orgânica: 05 Cultura

Económica: 040701 Instituições sem fins lucrativos

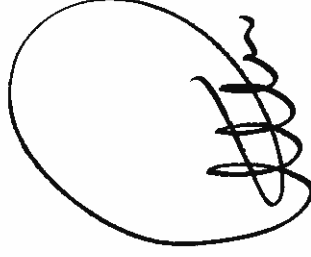
GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

251 CULTURA

2017/25 APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS

Acc.: 3 Apoio a diversas entidades no âmbito cultural

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
18/12/2018	21958	1,00				1,00		APOIO FINANCEIRO - PRESÉPIO AO VIVO DE PRISCOS.
18/12/2018	21959					1,00	2 499.00	



Câmara Municipal de Braga

Comprovativo de Fundos Disponíveis

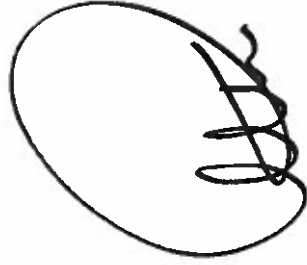
N.Seq.: 41508

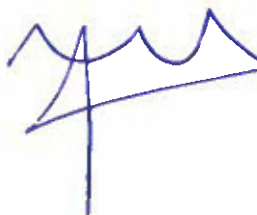
DOC.GENER: APOIO FINANC/2018

Serviço Requiritante: 50 Div. Cultura

Entidade: 10871 Fabrica da Igreja de S.tiago de Priscos

Data	Período de Liquidação	2018		Anos Seguintes				Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)
		F. Disponível	Valor	F.Disp após	2019	2020	2021	
18/12/2018	dezembro	23 725 252,32	1,00	23 725 251,32				
18/12/2018	janeiro	0,00		-2 499,00	2 499,00			



PROPOSTA

Candidatado pela Fundação Bracara Augusta ao Programa Portugal Inovação Social, o **Human Power Hub – Centro de Inovação Social**, viu a sua candidatura aprovada no passado dia 5 de novembro de 2018. Esta candidatura foi aprovada com um financiamento de 266.840€, correspondendo a 70% do orçamento do projeto, sendo este executado em três anos.

Este futuro centro de Inovação Social destina-se a todos os cidadãos, individualmente ou constituídos de forma organizada que sintam a necessidade de aceder a espaços de capacitação, cocriação e experimentação em inovação social, sempre em linha com os ODS e as prioridades europeias e mundiais. O **Human Power Hub – Centro de Inovação Social** definiu como os seus 3 principais objetivos concretizar o potencial de inovação social, monitorizar e avaliar o impacto de investimento social e desenvolver os ODS da Agenda 2030. Com o desenvolvimento deste projeto procura-se aumentar o número de iniciativas de inovação social na comunidade local, apoiar o desenvolvimento de iniciativas de inovação social e sensibilizar a comunidade para os problemas sociais.

O Município de Braga, como organismo público com atuação na área social e na gestão do território tem que necessariamente que se assumir como um parceiro

estratégico deste projeto. Nesse sentido, propõe-se que o Município de Braga assuma, tal como identificado na candidatura ao Portugal Inovação Social, como Investidor Social do **Human Power Hub – Centro de Inovação Social** com um financiamento no ano de 2019 de 43.171,15€ (quarenta e três mil, cento e setenta e um euros e quinze cêntimos), no ano de 2020 de 33.946,15€ (trinta e três mil e novecentos e quarenta e seis euros e quinze cêntimos) e por fim no ano de 2021 de 37.242,70 (trinta e sete mil e duzentos e quarenta e dois euros e setenta cêntimos).

Braga, 03 de Dezembro de 2018

O Presidente



(Dr. Ricardo Rio)

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

DELIB.: PROPOSTA/2018

Serviço Requiritante: 10 Câmara Municipal

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 040701 Instituições sem fins lucrativos

GOP: 01 FUNÇÕES GERAIS

111 SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2017/9 APOIOS DE ÂMBITO GERAL

Acc.: 3 Transferências correntes sem fins lucrativos

Dependente de:

Contrato:

N.Seq.: 36979

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 65 500,00

Cabimentado: 62 381,00

Saldo: 3 119,00

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento	Valor	
10/12/2018	19291	1,00					1,00 O HUMAN POWER HUB - CENTRO DE INOVAÇÃO SOCIAL

Ficha do Compromisso

N.Seq.: 41126

DOC.GENER: PROPOSTA/2018

Serviço Requiritante: 10 Câmara Municipal

Cabimento prévio: DELIB.: PROPOSTA/2018

Contrato:

Entidade: 10593 Fundação Bracara Augusta

NIF: 503984701

Orgânica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 040701 Instituições sem fins lucrativos

GOP: 01 FUNÇÕES GERAIS

111 SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2017/9 APOIOS DE ÂMBITO GERAL

Acc.: 3 Transferências correntes sem fins lucrativos

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
10/12/2018	21484	1,00				1,00		O HUMAN POWER HUB - CENTRO DE INOVAÇÃO SOCIAL
10/12/2018	21485					1,00	43 171,15	
10/12/2018	21486					1,00	33 946,15	
10/12/2018	21487					1,00	37 242,70	

FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA

PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL

EMPREENDEDORISMO SOCIAL – PROGRAMA PARCERIAS PARA O IMPACTO

AVISO N.º POISE-39-2018-03

- PROPOSTA DE CANDIDATURA -

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA IIES

Data da proposta: 15 de maio de 2018.

Versão da proposta: v2.0

© Copyright 2018 Laborsano - Gestão e Serviços, Lda. Todos os direitos reservados.



Índice

I. Identificação da Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES)	5
Nome	5
NIPC da Entidade Coordenadora	5
Organização Promotora	5
A. Problema, Solução e Impacto Social	6
1. Qual o Problema Social?	6
2. A quem se destina a iniciativa?	8
3. Qual a gravidade do Problema Social?	9
4. Qual a Solução proposta para o Problema Social?	11
5. Quais os aspetos inovadores da Solução proposta?	13
6. Por que a Solução proposta é mais eficaz e mais eficiente?	15
7. Quais os resultados já alcançados com a implementação desta Solução em outros contextos?	17
8. Qual o Impacto Social esperado?	19
9. Qual o Indicador de Resultado e respetiva Meta propostas?	21
B. Objetivos, Atividades e Orçamento	22
1. Qual o Objetivo da iniciativa?	22
2. Quais as Atividades a realizar?	23
3. Qual o Orçamento e as Necessidades Líquidas de Financiamento (NLF) do PD?	25
4. Qual o Plano de Financiamento?	28
C. Equipa, Entidade Implementadora e Investidores Sociais	29
1. Qual a Entidade Implementadora (ou Coordenadora, no caso de Candidatura em Parceria) da iniciativa?	29
2. Caso se trate de uma Candidatura em Parceria, qual(is) a(s) Entidade(s) Parceira(s) da iniciativa?	30
4. Qual a Equipa líder da iniciativa?	31
5. Qual o envolvimento dos membros da Equipa líder na iniciativa?	32
6. Qual(is) o(s) Investidor(es) Social(is)?	33
7. Que outras entidades contribuem para a iniciativa e para o cumprimento dos seus objetivos?	35
D. Sustentabilidade e Cidadania	38
1. Como terão continuidade as atividades da iniciativa após a conclusão deste projeto?	38
2. Como se prolongarão os impactos sociais positivos gerados por este projeto após a sua conclusão?	40

3. Como esta iniciativa contribui para os objetivos de Igualdade de Oportunidades e Igualdade de Género?	42
E. Breve Resumo do Projeto	44
1. Breve Resumo.....	44

Plano de Desenvolvimento da IIES

O que é?

O Plano de Desenvolvimento é o documento que apresenta a estratégia de desenvolvimento de uma Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES), constituindo-se como a peça central da candidatura.

A Entidade candidata deverá expor e clarificar a IIES proposta, preenchendo as secções deste documento (A – Problema, Solução e Impacto Social; B – Objetivos, Atividades e Orçamento; C – Equipa, Entidade Implementadora e Investidores Sociais; D – Sustentabilidade e Cidadania; e E – Breve Resumo do Projeto), de forma sucinta, de modo a que o Plano de Desenvolvimento não ultrapasse 20 páginas.

No caso de existirem campos cujo preenchimento possa não se aplicar, deverá preencher os mesmos com “**Não Aplicável**”.

I. Identificação da Iniciativa de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES)

Nome

Inserir o nome da IIES sobre a qual incide a candidatura e o correspondente plano de desenvolvimento. (200 caracteres)

Human Power Hub – Centro de Inovação Social

NIPC da Entidade Coordenadora

503 984 701

Organização Promotora

Inserir o nome da entidade beneficiária (coordenadora, no caso de candidaturas em parceria). (200 caracteres)

Fundação Bracara Augusta

A. Problema, Solução e Impacto Social

1. Qual o Problema Social?

Descreva o problema social principal que a iniciativa pretende resolver, identificando as suas principais causas e efeitos (embora a iniciativa possa resolver múltiplos problemas da sociedade, descreva aquele que é o foco prioritário da iniciativa). (5000 caracteres)

O problema social da IIES é, na verdade, o conjunto dos problemas sociais das comunidades. Efetivamente, existe um conjunto de problemas na sociedade atual que estão identificados pelas Nações Unidas na Agenda 2030 e que carecem de solução, solução essa relacionada com as Pessoas (erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade de desrespeito da dignidade e da igualdade), a Prosperidade (garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza), a Paz (promover sociedades pacíficas justas e inclusivas), as Parcerias (implementar a agenda 2030 por meio de uma parceria global sólida) e o Planeta (proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras).

Concretizando, o problema social é o baixo (re)conhecimento da inovação social e a ausência de estratégias transversais, contextualizadas e estruturadas que fomentem o desenvolvimento de inovação social. Este problema relaciona-se intrinsecamente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

O problema é pautado pela abrangência a nível local, nacional, europeu e mundial, ou seja, é global, onde se verificam cenários de desajuste e ausência de iniciativas de inovação social consequente do diminuto (re)conhecimento das oportunidades, das prioridades e do paradigma de produção do conhecimento nos contextos locais diversificados.

Ora, tal significa que a inovação social, ainda que pensada e refletida, encontra-se aquém da necessária para a promoção da inclusão social e valores sociais, do acesso às oportunidades, da coesão e da transformação da realidade social. Desta feita, é fundamental definir iniciativas pautadas pela transversalidade do paradigma de produção do conhecimento, contextualizadas e responsivas aos desafios e às necessidades.

Neste sentido, verificamos que a população afetada pelo problema é, potencialmente, toda a população mundial uma vez que os problemas sociais, entendidos na sua total magnitude, não escolhem públicos ou segmentos.

Desta forma, o problema abrange diversas áreas da inovação social, é multidimensional e reflete:

- Desajuste das iniciativas de inovação social que assumem as prioridades de redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energias, que potenciam as valências dos novos negócios no desenvolvimento e implementação de soluções sociais, que reconheçam o potencial dos recursos digitais e offline no desenvolvimento social e que possibilitem a relação e a criação de espaços de transição;
- Participação diminuta do setor corporativo, público e da economia social no investimento e apoio a iniciativas de inovação social;
- Inexistência de oportunidades de experimentação e capacitação que permitam, não só o desenvolvimento de inovação social, como de competências pessoais, sociais e profissionais;
- Ausência de iniciativas de inovação social e atividades comunitárias que potenciem o diálogo social comunitário, a cidadania ativa e a participação cívica;
- Fraca sustentabilidade das iniciativas de inovação social.

Do exposto, surge a clara necessidade do aparecimento de espaços de capacitação, cocriação e experimentação geradores de inovação social, promotores da criação de ecossistemas de inovação social, que se materializem em centros de inovação social integrada.

Com efeito, o problema é claramente importante. Mas é, também, negligenciado, na medida em que não existem soluções para o problema. O que existe são espaços físicos de incubação tradicional e iniciativas soltas, independentes, com algum potencial de geração de impacto, mas com pouca ou nenhuma sustentabilidade e/ ou potencial de escalabilidade e institucionalização. São iniciativas que pretendem atuar sobre o problema, mas que não o fazem ou fazem atuando sobre efeitos menos graves do problema, não contribuindo para a sua resolução e não abrangendo a maioria da população.

Além disso, tendencialmente, aportam uma relação custo/ benefício demasiado elevada, sendo o custo demasiado elevado para o empreendedor social, para os sistemas ou para a sociedade, tornando estas iniciativas pouco interessantes do ponto de vista do investimento social. São iniciativas pouco eficientes e eficazes, pouco representativas, pouco impactantes e pouco promotoras de transformação social.

Causas do problema:

- Ausência de espaços de capacitação, cocriação e experimentação geradores de inovação social;
- Ausência de um ecossistema que possibilite a geração de inovação social;
- Incapacidade de aplicação da quadrupla hélice do paradigma de produção de conhecimento em inovação social;
- Ausência de conhecimento das oportunidades da inovação social e da transversalidade de metodologias de capacitação.

Efeitos do problema:

- Iniciativas de inovação social inexistente ou deficitárias na sua ação;
- Iniciativas de inovação social desajustadas às capacidades e às necessidades dos contextos sociais diversificados;
- Iniciativas descontextualizadas e pouco diferenciadoras para a geração de inovação social.

2. A quem se destina a iniciativa?

Especifique a abrangência territorial do problema e identifique com clareza a que público-alvo se destina a iniciativa (indivíduos, famílias, comunidades, segmento da população, etc.). (3500 caracteres)

De forma geral, a IIES destina-se a todos os cidadãos, individualmente ou constituídos de forma organizada, que, ao se identificarem com o problema, sintam a necessidade de aceder a espaços de capacitação, cocriação e experimentação em inovação social. Potencialmente, a IIES destina-se a toda a população.

Em linha com os ODS e as prioridades europeias e mundiais, a IIES terá uma atenção especial em se constituir como solução para públicos com algum tipo de obstáculo à normal participação, criando oportunidades de acesso especificamente pensadas para este público. Estes têm um perfil de menos oportunidades e de desfavorecimento social. Pretendemos que todos, sem exceção, tenham acesso à IIES e que desenvolvam competências pessoais, sociais e profissionais com base na inovação social e na inclusão social. Assim, pretendemos englobar agentes sociais que, dificilmente, tenham contacto com experiências de capacitação, de apoio e monitorização, de desenvolvimento, de implementação e de avaliação de iniciativas de inovação social que os desperte para novas metodologias e métodos de trabalho transversais, não só na aprendizagem, como na experimentação e na cocriação de conteúdo.

Os objetivos de igualdade de oportunidades e de igualdade de género são, também, mote do nosso trabalho. O perfil identificado e as situações de exclusão ou em risco de exclusão social são fundamentais para a nossa intervenção que tem efeitos e impactos não só a nível social como pessoal.

Assim, o público-alvo da IIES é múltiplo, mas considerando as prioridades da nossa intervenção, o âmbito da ação e os objetivos, a IIES assume como público-alvo específico:

- Agentes sociais capazes de gerar inovação social nas suas iniciativas;
- NEET e outros grupos desfavorecidos capazes de gerar inovação social nas suas iniciativas (jovens, adultos, desempregados, minorias, entre outros).

Tal como referido no ponto anterior, a IIES é de abrangência global. O problema tem contornos sérios e que se reflete em cenários de exclusão social. O problema social encontra-se em linha com os ODS e com a Estratégia 2020 preconizada pela União Europeia. Além da vertente da inclusão social, a IIES volta-se para o desenvolvimento inteligente e sustentável – em cruzamento com várias dimensões –, na capacitação, na mobilização e na transferência de recursos para desenvolvimento e implementação e na criação de parcerias e de responsabilidade social, quer por parte de decisores e instituições políticas, como por parte da comunidade e dos agentes sociais.

Com a intervenção social direta e o recurso a diferentes metodologias – educação não formal, educação formal e educação informal – e métodos de trabalho – pesquisa, revisão, produção, experimentação – os públicos-alvo e todos os agentes sociais envolvidos no projeto vão sentir os impactos sociais. A longo prazo, estes estarão conscientes das oportunidades de inovação social e das iniciativas de inovação social que respondem aos desafios e às necessidades detetadas a nível local, nacional, europeu e mundial. Desta feita, serão seres e cidadãos mais conscientes, mais proativos, mais atentos e empreendedores, mais capazes de pensar, agir e intervir socialmente e potenciar a transformação da realidade social.

A solução, ao gerar impactos e ser replicada, institucionalizada e sustentabilizada a nível global, irá eficientemente atingir os públicos-alvo.

3. Qual a gravidade do Problema Social?

Descreva os efeitos negativos do problema no público-alvo, demonstrando a sua gravidade e os custos pessoais e sociais a ele associados. (3500 caracteres)

Os problemas sociais que pretendemos combater geram efeitos negativos no público-alvo e estes efeitos geram incapacidade profunda e não são passíveis de mudança. Se nada for feito, o problema perdurará e tenderá a agravar fenómenos sociais como a pobreza, exclusão social e o desemprego.

Um dos objetivos da estratégia Europa 2020 é de reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza e de exclusão social. Em Portugal, mais de um quarto da população portuguesa vive em situação de pobreza ou exclusão social.

Atualmente, cerca de 115 milhões de europeus estão em risco de pobreza ou exclusão social. Indicadores Eurostat evidenciam que os países da União Europeia estão longe de cumprir a Estratégia da Europa 2020 e o objetivo de reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza e

de exclusão social. Um número tão elevado de pessoas que vivem em situação de exclusão social prejudica a coesão social e limita o potencial de crescimento e desenvolvimento dos estados.

Entre o início da crise em 2008 e 2014 o número de europeus em risco de pobreza ou exclusão social aumentou sempre e de forma consecutiva. Nos anos de 2013 e 2014 registou uma taxa muito próxima dos 25%. Em 2014, mais de 122 milhões de europeus viviam em situação de pobreza ou exclusão social, uma taxa de (24,4%).

Apesar de a União Europeia ser uma das regiões mais ricas do mundo, 23,7% vive em risco de pobreza e exclusão social. No final de 2015, a União Europeia contava 118,76 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social. Uma recuperação para os níveis de 2008, depois dos aumentos consecutivos e constantes registados entre 2009 e 2014.

Esta contextualização europeia do problema repercute-se a nível global, afetando todos os países do mundo.

Além dos efeitos negativos para os públicos-alvo, o problema assume graves custos pessoais e sociais.

1. Custos pessoais

No que se refere aos custos pessoais, podemos definir que a não realização pessoal, social e profissional dos agentes sociais, a desmotivação e o interesse na participação e inovação social são os mais passíveis a ocorrer. Estes custos, ainda que a nível mais individual, refletem a incapacitação dos agentes sociais face novas formas de intervenção e de promoção da inclusão social no contexto social e no meio em que estão inseridos. Assim, sabemos que estes vão ter dificuldades de decisão, de iniciativa e de validação de metodologias e de métodos de trabalho em prol da inovação social e da inclusão social. Consequentemente, vão ser agentes sociais com sentimentos de não pertença social, de falta de identidade e de sentido comunitário.

2. Custos sociais

Os custos sociais são, efetivamente, a perda da possibilidade de crescimento e de desenvolvimento do contexto global e da erradicação dos problemas sociais. Quando os agentes sociais (parte) não conseguem ser responsivos e dinâmicos na intervenção em prol da melhoria e da inovação social da sociedade (todo), há quebras que serão sentidas a curto, médio e longo prazo. Os custos sociais serão iniciativas de inovação social e inclusão inconsequentes e cidadãos sem sentido e reforço da identidade comunitária e do desenvolvimento social, económico, financeiro, cultural e tecnológico dos diversos contextos e meios sociais.

Desta forma, surgem consequências negativas para a sociedade que são irreversíveis e insuportáveis.

4. Qual a Solução proposta para o Problema Social?

Descreva com clareza qual a solução proposta para tentar resolver o problema social, bem como os recursos (humanos, materiais, parcerias...) que pretende mobilizar para a respetiva implementação. (5000 caracteres)

A solução passa pela criação de um espaço de capacitação, cocriação e experimentação gerador de inovação social, promotor da criação de um ecossistema de inovação social, ou seja, de um Centro de Inovação Social Integrada.

Assim, nasce o Human Power Hub – Centro de Inovação Social (HPH).

O HPH nasce de necessidades que tem vindo a surgir ao longo do tempo, com contributos de projetos desenvolvidos no âmbito da Capital Europeia da Juventude 2012, Capital Ibero-Americana da Juventude 2016, URBACT Boostinno, URBACT Summer University, IMPACT HUB Network, Eurocities – SAF, Eurocities – EDF e Cities4Europe.

O ecossistema URBACT Local Group, constituído pela Rede Social de Braga, CLDS Braga 3ª Geração e Conselho Municipal de Juventude, foi um catalisador fundamental para o início da construção da solução.

A idealização do HPH assentou nos pressupostos teóricos “Community Sense”, “Public Procurement/ Social Procurement”, “Transitional Arena”, “Impact Measurement” e “Blended Impact”, fazendo com que assuma uma postura de empreendedorismo, de capacitação, de reconhecimento contextual da inovação social, de estruturação, de desenvolvimento e implementação das estratégias.

Neste pressuposto, o HPH assume 3 desafios:

1. Concretizar o potencial de inovação social;
2. Monitorizar e avaliar o impacto de investimento social;
3. Desenvolver os ODS da Agenda 2030.

A abordagem do HPH é participativa, colaborativa, integrada e transversal, o que promove o cruzamento de metodologias, métodos de trabalho, agentes sociais e instituições para o desenvolvimento de um ecossistema trans-setorial de inovação social.

O HPH tem uma componente estática/ física e uma componente dinâmica, sendo a primeira a incubação num espaço físico e a segunda o coworking, a reunião, a experimentação, a colaboração, a rede e a cocriação assente na transversalidade e na abordagem integrada e trans-setorial.

O HPH tem a presença e a envolvimento de todos os que constituem a sociedade civil. Desta feita, revela-se como o eixo de interligação entre a quádrupla hélice do paradigma da produção do conhecimento que, intercalando capacidades, competências e ações, vão desencadear a inovação social.

O HPH inova na quádrupla hélice: público, academia, privado/ setor corporativo e sociedade civil/ agentes sociais.

1. Público

Incubação e espaço de coworking colaborativo:

- Formação e capacitação em inovação social;
- Incubação de iniciativas de inovação social;
- Espaços “think tank” de inovação social;
- Espaços de encontros sociais entre agentes sociais (atores sociais, ativistas, voluntários corporativos, etc.).

2. Academia

Observatório de inovação social:

- Monitorização de processos de inovação social;
- Medição de impacto das iniciativas de inovação social;
- Desenvolvimento de estudos, relatórios e documentos técnicos de inovação social;
- Realização de candidaturas a fundos nacionais e internacionais de inovação social.

3. Privado/ setor corporativo

Responsabilidade social corporativa 3.0 – Responsabilidade social municipal:

- Criação da estratégia municipal de responsabilidade social corporativa;
- Criação de um fundo de investimento responsável;
- Desenvolvimento de processos de aceleração de empreendedorismo social;
- Gestão integrada do voluntariado corporativo.

4. Sociedade civil/ agentes sociais

Empreendedorismo social:

- Desenvolvimento de iniciativas empreendedoras;
- Desenvolvimento de processos de pré aceleração e aceleração nas diversas tendências de inovação social;
- Iniciativas empreendedoras financiadas pelo fundo de investimento responsável;
- Definição de processos de mentoria e tutoria sociais com atores chave.

Desta forma, o HPH gera benefícios diretos significativos e relevantes para a totalidade do público-alvo, assim como capacita o público-alvo para resolver o problema.

No que se refere aos recursos alocados ao projeto, consideramos que são livres, uma vez que estão disponíveis sem restrições.

1. Humanos

Serão alocados RH com perfil de identificação com a inovação social. A estes será dada formação, tornando-os capazes de integrar o HPH. Qualquer cidadão se constitui como potencial RH do HPH.

Funções específicas: coordenação/ gestão de projeto; técnicas e de desenvolvimento de conteúdo; financeiras e comunicação. Além disso, devem ter competências de trabalho em equipa, apoio e monitorização do trabalho, com espírito crítico, atento e próximo ao dinamizador.

2. Materiais

Recursos que possibilitam a criação de iniciativas de inovação social. Estes são basicamente: espaço físico camarário devidamente equipado, com espaços de incubação e espaços dinâmicos de coworking, reuniões, encontros e trabalho de produção técnica; material informático; e recursos materiais diversos (consumíveis).

3. Parcerias

Além dos parceiros identificados em candidatura (ponto C.7.), vamos contactar com stakeholders que tenham possibilidade de gerar inovação social e impacto social na sua ação. Todos os que se queiram unir e aproximar ao HPH terão acolhimento disponibilizado.

5. Quais os aspetos inovadores da Solução proposta?

Identifique os elementos mais inovadores da solução face a soluções já existentes. (3500 caracteres)

Na identificação do problema foi perceptível que as iniciativas que existem e pretendem atuar sobre o problema não o fazem ou fazem atuando sobre efeitos menos graves, não contribuindo para a sua resolução e não abrangendo a maioria da população. Além disso, tendencialmente, aportam uma relação custo/ benefício demasiado elevada. São soluções que se pautam pela limitação e por lacunas na intervenção e no desenvolvimento de inovação social. Configuram soluções deficitárias no cruzamento de diferentes setores (público, privado/ corporativo, sociedade civil/ agentes sociais e academia), desfazendo a possibilidade de geração de um ecossistema trans-setorial de inovação social eficiente e eficaz na resposta aos problemas.

As soluções alternativas que melhor cumprem os seus propósitos são a IES e a IRIS, no entanto, não conseguem por si só erradicar o problema.

O HPH apresenta 5 fatores de inovação e diferenciação:

1. Human

- Foco nas pessoas e nos problemas sociais;
- Foco nas instituições sociais e nas complexidades;
- Foco no impacto de processos individuais e institucionais.

2. Power

- Empoderamento nas práticas de inovação social;
- Disseminação e partilha de boas práticas;
- Facilitação e acessibilidade a tecnologias sociais.

3. Hub

- Espaço de experimentação;
- Espaço de criação;
- Espaço de rede.

4. Quádrupla hélice do paradigma da produção de conhecimento

- Público
- Academia
- Privado/ setor corporativo
- Sociedade civil/ agentes sociais

5. Benchmarking – análise das melhores práticas europeias

- Social Fare – Torino;
- OPEN Incet – Torino;
- FabriQ – Milano;
- LUISS HUB – Milano;
- IMPACT HUB – Rotterdam, Torino, Milano;
- Centrum Rozwoju Zawodowego – Gdansk;
- Barcelona Activa EMPRESSES – Barcelona;
- Strasbourg SROI – Strasbourg;
- La Noria – Málaga.

Assim, o HPH fomenta a geração de um ecossistema trans-setorial de inovação social, assumindo uma forte transversalidade na sua ação, alocando ao desenvolvimento de iniciativas de inovação social todos aqueles que tenham capacidade de gerar inovação social, nos mais diversos níveis, promovendo a inclusão social, o emprego e o desenvolvimento global. Além disso, a transversalidade demarca-se na combinação de metodologias e de métodos de trabalho que dão as ferramentas necessárias à contextualização, capacitação, estruturação, implementação e experimentação dos diversos agentes sociais. Estes conseguem, através do HPH, definir prioridades, objetivos, clarificar contextos de atuação e intervenção social, estruturar as suas ideias e promover iniciativas de inovação social que serão mote de desenvolvimento sustentável e ajustado às necessidades reais da sociedade.

O HPH nasce da sociedade e é para a sociedade, logo, realça a sua abordagem humanitária e humanística, participativa, colaborativa, integrada e transversal. Em oposição às restantes soluções tradicionais, é proativo e pretende que os agentes sociais encontrem em si, nas suas expectativas, necessidades, ideias e vivências sociais, o meio de intervenção social que vai gerar impactos e que vai potenciar a transformação da realidade social. Enquanto cidadãos, conscientes e interessados, os agentes sociais em conjunto com os sistemas vão desenvolver e dinamizar todo o ecossistema gerador de inovação social. Assim, quer o público-alvo quer os stakeholders-chave são envolvidos desde a conceção até à implementação da solução.

Os fatores chave de inovação do HPH exponenciam o seu potencial de criação de valor. O potencial de impacto, a sustentabilidade, a escalabilidade e o potencial de institucionalização são maximizados pela abordagem inovadora do HPH, garantindo assim a transformação da sociedade e a erradicação do problema. Assim, o HPH gera benefícios indiretos para o público-alvo e para os stakeholder-chave, que os percebem totalmente.

6. Por que a Solução proposta é mais eficaz e mais eficiente?

Explique por que a solução proposta é mais eficaz (combate melhor o problema) e por que é mais eficiente (tem custos menores) do que outras. (3500 caracteres)

Eficácia

A solução é mais eficaz, ou seja, combate melhor o problema social identificado por 3 motivos principais:

1. Fatores de inovação

Ao ser inovador o HPH consegue abranger problemas sociais diversos e transversais à sociedade, não focando apenas um e não deixando ninguém de fora. Toda a sociedade é potencial promotora e beneficiária do desenvolvimento do ecossistema de inovação social.

O HPH, em linha com os ODS, foca 10 tendências para a inovação social: 1. Circular economy (ODS 1, 2, 8, 12); 2. Social entrepreneurship (ODS 8, 9, 17); 3. Social currencies (ODS 1, 2, 8, 12); 4. Transitional spaces (ODS 8, 9, 11, 15); 5. Business Improvement districts (ODS 1, 8, 11, 12); 6. Time bank (ODS 4, 8, 9, 11); 7. Citizens lab (ODS 8, 11, 16, 17); 8. Social market (ODS 8, 9, 11); 9. Skills power (ODS 4, 5, 8, 11); 10. Blue & green economy (ODS 6, 8, 13, 15). Comum a todas as tendências é o ODS 8 – trabalho digno e crescimento económico, visando claramente a empregabilidade.

2. Abordagem – participativa, colaborativa, integrada e transversal.

O HPH atua diretamente com os agentes sociais promotores e desenvolvedores das iniciativas de inovação social, envolvendo-os desde a conceção à implementação. Adicionalmente, promove a colaboração em agentes sociais em espaços concebidos para a experimentação, interação e cocriação. Ainda, tem a capacidade de integrar os diversos setores da sociedade, promovendo a complementaridade dos setores. Esta abordagem promove o cruzamento de metodologias, métodos de trabalho, agentes sociais e instituições para o desenvolvimento de um ecossistema trans-setorial de inovação social.

3. Quadrupla hélice do paradigma da produção de conhecimento.

O HPH baseia-se na presença e a envolvimento de todos os que constituem a sociedade. Desta feita, revela-se como o eixo de interligação entre setores (público, privado e economia social) que, intercalando capacidades, competências e ações, vão desencadear a inovação social.

Eficiência

A solução é mais eficiente, ou seja, tem custos menores, por 3 motivos principais:

1. Efeitos de escala.

O HPH gera ganhos de escala e aprendizagem crescente associados a efeitos de rede, uma vez que, na sua criação, está fortemente sustentado em rede network nacional e internacional (Capital Europeia da Juventude 2012, Capital Ibero-Americana da Juventude 2016, URBACT Boostinno, URBACT Summer University, IMPACT HUB Network, Eurocities – SAF, Eurocities – EDF e Cities4Europe) e na sua implementação continuada por replicação originará a própria rede HPH.

2. Recursos livres.

Os recursos são livres, o que implica um investimento muito reduzido na implementação do HPH. Todos os agentes sociais da sociedade civil vão ter em mãos as ferramentas para a replicabilidade e institucionalização da solução, sem que para isso haja necessidade de alocar custos ou recursos humanos, técnicos, administrativos, financeiros e logísticos amplos.

3. Envolvimento do público-alvo e de stakeholders-chave.

O envolvimento total do público-alvo e dos stakeholders-chave, desde a conceção à implementação, permite que seja valorizado o impacto social por eles gerado. Assim, a total disponibilidade dos stakeholders-chave em suportar os custos do HPH (enquanto programa disponível no mercado) torna a solução acessível a todo o público-alvo. Com efeito, a percentagem do custo do HPH a ser suportado pelo público-alvo é inexistente, sendo que a sua totalidade é suportado pelos stakeholders-chave (como os municípios).

7. Quais os resultados já alcançados com a implementação desta Solução em outros contextos?

Caso exista, descreva a experiência anterior com a implementação da solução proposta (quando foi implementada, por quem e com que resultados). Apresente elementos que demonstrem os impactos sociais diretos da implementação anterior da solução. (5000 caracteres)

A solução proposta ainda não foi implementada, sendo que a intenção é a criação do HPH. Assim, não será possível identificar resultados à data do PD. Sabemos os resultados e os impactos que a solução irá alcançar, quer a curto, médio e/ou longo prazo, e estamos conscientes que a sua implementação a nível local, nacional e internacional vai potenciar e gerar inovação social através de iniciativas de inovação social eficientes e eficazes na resolução dos problemas sociais.

Não obstante, apesar de não existirem resultados diretos da solução, existem resultados segmentados que vão estar na origem da conceção, da estruturação e da implementação da IIES. Foi mediante a análise e o estudo destas que conseguimos perceber os desafios e as necessidades atuais e passar de ideais a ações. Existem iniciativas locais, nacionais e internacionais que se encontram em pontas soltas e desestruturadas das tendências de inovação social descritas na questão anterior e das prioridades da inovação social – iniciativas ajustadas e responsivas aos problemas sociais. Estas são iniciativas em que a geração de inovação social e de impacto social fica aquém do desejado e do necessário nos diferentes contextos sociais que assumem as mesmas necessidades e os mesmos desafios.

Neste sentido, a solução vai ser essencial para enquadrar essas iniciativas de inovação social e de impacto social. Com a solução, os agentes sociais que desenvolvam estratégias vão ter apoio na aceleração do processo, na contextualização, na monitorização, na implementação e na avaliação, através de distintas formas de apoio (fundos de inovação social nacionais e internacionais; fundo de investimento responsável; voluntariado corporativo; mentoria e tutorias; capacitação e formação; mensuração de impactos; observatório de inovação social; entre outros).

A solução vai permitir que as iniciativas incubadas no HPH possam ter apoio mediante as suas necessidades e o ponto de situação de conceção/ estruturação/ implementação em que se encontram. Assim, vamos reconhecer novas ideias, novos trabalhos e formas de intervenção social eficientes, ajustadas, contextualizadas e estruturadas que vão ser replicadas em qualquer contexto social e assumir os mesmos resultados, quer na geração de inovação social como de impacto social.

São resultados que visamos alcançar, os seguintes:

- Criação de um Centro de Inovação Social Integrada que segue uma abordagem participativa, colaborativa, integrada e transversal;
- Criação de um ecossistema trans-setorial de inovação social assente na quádrupla hélice do paradigma de produção do conhecimento;
- Conceção de iniciativas de inovação social enquadradas no contexto social;
- Conceção de iniciativas de inovação social que assumam transversalidade de métodos e de metodologias de trabalho;
- Aumento da participação social e da consciencialização social dos diversos agentes sociais face aos problemas identificados no contexto e meio social em que estão inseridos;
- Reconhecimento e compreensão do acesso às oportunidades de criação e geração de inovação social;
- Promoção das boas práticas e do diálogo comunitário;
- Sensibilização para a inclusão social.

Explanado de forma mais criteriosa num dos pontos mais adiantes - C.7. -, podemos abordar o trabalho na conceção, implementação e avaliação de iniciativas de inovação social pensadas pelos parceiros da IIES. Estes, interessados em acompanhar e em apoiar o trabalho por nós desenvolvido e com a intenção já definida de replicar e institucionalizar o Programa na sua região e contexto social, estas iniciativas apresentam já resultados no desenvolvimento de inovação social.

A rede de networking existente em que estas entidades estão inseridas, já desenvolveu trabalho no âmbito da Capital Europeia da Juventude 2012, Capital Ibero-Americana da Juventude 2016, URBACT Boostinno, URBACT

Summer University, IMPACT HUB Network, Eurocities – SAF, Eurocities – EDF e Cities4Europe e já apresentaram resultados no âmbito do combate a alguns problemas sociais como a exclusão social de grupos desfavorecidos, desemprego com especial ênfase no desemprego jovem e a ausência de ecossistemas de inovação social. Ainda que com ideias estruturadas e algum potencial de inovação social, estes parceiros pretendem assumir as particularidades do HPH no seu contexto para o ajustamento e melhoria contínua das iniciativas de inovação social.

8. Qual o Impacto Social esperado?

Descreva o impacto social positivo que se pretende alcançar e como é que a solução proposta pode gerar esse impacto. (5000 caracteres)

O impacto social positivo que se pretende alcançar com a implementação do HPH é o de geração de um ecossistema trans-setorial de inovação social, de empreendedorismo, de experimentação e capacitação, de reconhecimento contextual da inovação social, de estruturação, de cocriação, de desenvolvimento e implementação das iniciativas de inovação social nos contextos sociais alocados à matriz de intervenção.

O processo é, após o mapeamento, monitorização, seleção e avaliação de uma estratégia e/ou iniciativa através do Observatório de Inovação Social, a cada ano de implementação, fornecer apoio e capacitação através de incubação, do fundo de investimento responsável, do voluntariado corporativo, dos processos de mentoria e de tutoria, da capacitação e formação em inovação social, dos encontros entre agentes sociais especializados e os dinamizadores das iniciativas de inovação social, da realização de candidaturas a fundos de inovação social a nível nacional e internacional, entre outros que se ajustem ao Programa do HPH e às necessidades dos dinamizadores das iniciativas de inovação social.

Entre os impactos, é possível consubstanciar:

1. Aumento do número de iniciativas de inovação social na comunidade local, nacional e internacional;
2. Aumento do número de interessados na replicação e institucionalização do HPH no seu contexto social;
3. Reconhecimento das oportunidades de acesso e de apoio ao desenvolvimento de iniciativas de inovação social;
4. Reconhecimento de métodos e de metodologias de trabalho na conceção, implementação e avaliação de iniciativas de inovação social;
5. Sensibilização para os problemas sociais identificados no contexto e no meio social onde os agentes sociais estão inseridos;

6. Consciencialização para a importância da iniciativa, da proatividade e do empreendedorismo no desenvolvimento local, nacional e internacional;
7. Promoção das boas práticas e do diálogo comunitário, para troca de ideias, de visões e de métodos de trabalho geradores de inovação social;
8. Aumento da participação social dos diversos agentes sociais;
9. Estimulo à comunicação e articulação entre os intervenientes dos diferentes setores sociais;
10. Promoção do envolvimento da comunidade nas atividades e nas iniciativas de divulgação e de disseminação do HPH.

A solução é transversal na sua ação e é passível de ter impactos reais, a vários níveis e em diferentes contextos sociais. Desta feita, o impacto social esperado vai, ainda, ter efeitos a nível pessoal e a nível social.

Pessoal

A nível pessoal, estamos a falar de agentes sociais mais conscientes, mais interativos e dinâmicos no seu pensamento, na partilha de ideias e na passagem de ideias para ações; de agentes sociais conhecedores da sua realidade e do seu meio social, dos problemas sociais e das necessidades emergentes; de agentes sociais capazes de criticar, de ponderar, de decidir e de comunicar interna e externamente; de agentes sociais participativos socialmente e de agentes sociais realizados pessoal e profissionalmente, motivados e interessados em transformar a realidade social à sua volta.

Social

Em linha contínua com o impacto pessoal, o impacto a nível social vai ser sentido, além do referido anteriormente, a nível da proximidade comunitária; a nível da consciencialização social para os reais problemas e dificuldades dos grupos sociais; a nível da comunicação e articulação mais assídua e mais direta entre os agentes sociais diversos; a nível do desenvolvimento do local (cidade, meios, serviços, sistemas, etc); a nível da capacitação e da formação dos agentes sociais; a nível da melhoria das taxas e dos valores de participação e de envolvimento social dos agentes sociais nas dinâmicas sociais e a nível de promoção de valores e de boas práticas no contexto social local.

Ainda que os impactos sejam, no primeiro patamar, a nível local, a sustentabilidade, a replicabilidade e a institucionalização vão permitir que esses impactos sejam, de igual modo, sentidos em diversos contextos e grupos sociais. Este será o verdadeiro sucesso do HPH, uma vez que a sua replicabilidade vai permitir responder aos problemas nacionais e internacionais e demonstrar, maximizado, o valor de criação social que a IIES tem.

9. Qual o Indicador de Resultado e respetiva Meta propostas?

Indique o Indicador de Resultado e a respetiva Meta propostos para este projeto (incluindo o número de pessoas que se pretende atingir). O Indicador de Resultado e a Meta devem ser mensuráveis e verificáveis imediatamente após a intervenção e devem estar relacionados com o impacto social que se pretende alcançar. Ambos são contratualizados entre a Autoridade de Gestão e as entidades promotoras da candidatura e servirão de critério na aferição do cumprimento da implementação do PD. (2000 caracteres)

Em relação ao impacto social que pretendemos alcançar, podemos definir o seguinte indicador de resultado e meta a alcançar:

Indicador de resultado: N.º de iniciativas de inovação social apoiadas no contexto local.

Meta: Apoio a 20 iniciativas de inovação social no contexto local, ao longo dos 2 últimos anos de projeto.

Número de pessoas a atingir diretamente: 100 agentes sociais, profissionais/empresários ou comunidade capazes de gerar inovação social nas suas iniciativas.

Este indicador de resultado e meta a atingir é o reflexo da nossa intenção de desenvolver ações e trabalho de intervenção e inovação social no âmbito local, nacional e internacional. Sabemos que não teremos resultados com a mesma intensidade nos âmbitos identificados, mas o nosso trabalho é disseminar as valências do Programa HPH e fazer com que este seja replicado e institucionalizado em todo o país, na Europa e no Mundo, durante e após o período de implementação do projeto.

B. Objetivos, Atividades e Orçamento

1. Qual o Objetivo da iniciativa?

Indique se o objetivo é de criação, crescimento, replicação ou disseminação da iniciativa de inovação social e qual a sua abrangência territorial (onde as intervenções vão ser realizadas). Apenas são elegíveis ações realizadas em Portugal, nas regiões Norte, Centro e Alentejo. (5000 caracteres)

O objetivo é de criação, com vista ao posterior crescimento, disseminação e replicação.

A criação é, para nós, o primeiro passo para conseguir alcançar os restantes objetivos. Após a criação do HPH, já concebido, testado e validado, teremos as ferramentas para o crescimento, replicabilidade e disseminação da IIES.

Assim, o objetivo é tornar possível o aparecimento de espaços de capacitação, cocriação e experimentação geradores de inovação social, promotores da criação de ecossistemas trans-setoriais de inovação social, que se materializem em centros de inovação social integrada.

A abrangência territorial da intervenção será a região Norte, mais precisamente o concelho de Braga.

Na fase de criação, o HPH será voltado para o público-alvo de Braga capaz de gerar inovação social nas suas iniciativas, com a intenção de alcançar a totalidade da comunidade bracarense e, a longo prazo, a sociedade civil nacional e internacional que tenha proximidade com a IIES.

A abrangência territorial está relacionada com a relevância a nível local, nacional e internacional, sendo que quanto maior abrangência territorial do problema, maior será o impacto social e o potencial de criação de valor social da solução implementada.

O subsequente objetivo de crescimento está assegurado, uma vez que estão identificados os fatores-chave do sucesso e eliminados os riscos e estrangulamentos ao crescimento.

As características intrínsecas ao HPH, os seus fatores inovadores e diferenciadores, a sua eficácia e eficiência, o seu potencial de geração de impacto social, a sua sustentabilidade assegurada, o seu evidente potencial de escalabilidade e a sua necessidade de institucionalização e apropriação pelos sistemas sociais fazem com que o crescimento aconteça naturalmente.

2. Quais as Atividades a realizar?

Identifique os principais conjuntos de atividades que serão realizadas ao longo do tempo para implementar a Solução e o cronograma da sua implementação. (5000 caracteres)

Cronologicamente, as atividades agrupam-se em 3 fases principais:

1ª FASE: Conceção (Out/2018 – Mai/2019)

Conceção – Prototipagem

A primeira fase respeita à conceção, desenvolvimento e estruturação do HPH. Esta é a fase de conceção do protótipo do Centro de Inovação Social, que será idealizado e concebido ao longo dos primeiros 8 meses de projeto.

Serão realizadas reuniões, presenciais e online, com investidores sociais, com parceiros e stakeholders; reuniões entre a equipa líder e a entidade coordenadora; reuniões entre a equipa líder para definição de tarefas e conteúdos a desenvolver; definição de responsabilidades, de tarefas e de contribuições de cada agente social envolvido na IIES; preparação (capacitação e formação) de profissionais incluídos no apoio e no acompanhamento de iniciativas de inovação social criadas; divulgação da IIES e todas as questões logísticas, técnicas, jurídicas, comunicacionais internas e externas alocadas à IIES.

2ª FASE: Implementação (Jun/2019 – Mai/2021)

Pré-aceleração – Aceleração – Incubação

A segunda fase respeita à implementação do HPH. Esta é a fase de implementação, teste e validação protótipo a ser futuramente replicado e institucionalizado.

Esta fase subdivide-se em 10 subfases:

1. Formação e capacitação

Atividades de formação e de capacitação dos agentes sociais na gestão, implementação e avaliação de inovação social. Vão ser desenvolvidas competências pessoais, sociais e profissionais que vão dar origem a iniciativas de inovação social contextualizadas e enquadradas.

2. Mentoria e tutoria

Os agentes sociais vão ter sessões de mentoria e de tutoria onde podem limar pontos menos positivos e esclarecer dúvidas emergentes. Este processo vai permitir melhorar o trabalho e consciencializar para a criação de iniciativas de inovação social.

3. Encontros com profissionais

Estes encontros vão permitir a troca de experiência, de ideias e de visões, entre agentes sociais e profissionais já com experiência na conceção, gestão, implementação e avaliação de inovação social. O debate e o testemunho vão contextualizar a ação e promover a adoção de soluções eficientes e eficazes na resolução dos problemas sociais.

4. Diagnóstico social

O Observatório de Inovação Social pretende orientar na consolidação do diagnóstico social da comunidade em que as iniciativas vão ser implementadas. Os agentes sociais vão, nas atividades, pesquisar, debater e desenvolver conteúdos relativos às necessidades sociais detetadas.

5. Monitorização e mapeamento

A monitorização e mapeamento das iniciativas de inovação social pretendem avaliar o trabalho realizado a nível das iniciativas de inovação social mapeadas e monitorizar o trabalho, fornecendo ferramentas de conceção, de desenvolvimento e de implementação de inovação social.

6. Apoio a candidaturas

Com apoio do IOS, os agentes sociais vão desenvolver candidaturas a fundos de investimento nacionais e internacionais para suporte e reconhecimento de iniciativas de inovação social.

7. Workshops

Os workshops servem para desenvolver trabalho, partilhar objetivos, testemunhos e experiências, resultados e iniciativas dando a oportunidade de participação a toda a comunidade.

8. Voluntariado corporativo

O voluntariado corporativo pretende que profissionais com expertise em diferentes áreas de negócio iniciem momentos de voluntariado para dar o seu contributo, testemunho, abordar a sua experiência e debater junto dos agentes sociais o pretendido com as iniciativas de inovação social criadas.

9. Pitch

Com o objetivo de apoio de 10 iniciativas de inovação social, a apresentação pretende que se reflita, debata e, com articulação com profissionais e stakeholders e na presença de um júri para avaliação (composto por expertises do ecossistema de inovação social), se assumam as iniciativas que melhor dão resposta aos problemas e aos desafios da sociedade para que sejam apoiadas de forma especializada e individualizada.

10. Debate e reflexão

Estas atividades vão permitir compreender as competências pessoais, sociais e profissionais desenvolvidas, os desafios, as oportunidades de melhoria e eventuais ideias para a sustentabilidade do projeto.

3ª FASE: Avaliação (Jun/2021 – Set/2021)

Avaliação – Disseminação

- Avaliação e mensuração de impactos

A avaliação e mensuração de impactos será apoiada e orientada por técnicos especializados que vão avaliar a pertinência, a geração de inovação social e de impacto social das iniciativas. A avaliação das iniciativas de inovação social vai refletir os impactos sociais da solução implementada e o seu potencial de criação de valor social.

- Disseminação: seminário final

Este evento final pretende a interação de todos os envolvidos na IIES. Além da divulgação, disseminação e avaliação da IIES e das iniciativas desenvolvidas, o seminário vai promover a implementação das estratégias selecionadas, junto de stakeholders e parceiros da IIES, com a intenção de gerar os impactos sociais desejados e a inovação social.

3. Qual o Orçamento e as Necessidades Líquidas de Financiamento (NLF) do PD?

Apresente o orçamento previsto para o projeto por cada ano de implementação do PD, indicando:

- (i) os CUSTOS previsionais com recursos humanos, com a aquisição/aluguer de bens e serviços, e ainda custos previsionais gerais;
- (ii) eventuais RECEITAS que se prevê que o projeto venha a gerar durante o período de implementação do PD;
- (iii) e as Necessidades Líquidas de Financiamento (CUSTOS – RECEITAS)

Para mais fácil leitura e organização da informação, pode inserir neste campo uma tabela com os Custos e Receitas discriminados, e respetivas NLF, por ano de implementação do projeto. Apenas são elegíveis candidaturas com necessidades de financiamento público mínimas (70% das NLF) de 50.000 euros durante o período de implementação do PD.

NOTA: As aquisições de bens móveis e equipamentos encontram-se limitadas a um máximo de 50% do custo total elegível da operação, pelo que terá que especificar o montante previsto para as mesmas. Para o efeito, deverá dividir a rubrica “Encargos diretos com a aquisição de bens e serviços” entre Aquisições de bens móveis e equipamentos, e Restantes encargos diretos. (7000 caracteres)

É importante ter presente quais os custos e as receitas que o projeto irá gerar e, assim, apresentamos no seguinte orçamento todos os custos, receitas e necessidades liquidas de financiamento previsionais do projeto a que nos propomos a desenvolver na presente candidatura.

Encargos – O projeto terá de suportar Encargos com Pessoal, Encargos Diretos com a Aquisição de Bens e Serviços e Encargos Gerais.

1. Encargos com Pessoal – Os encargos com pessoal ascendem a um valor total de 367.782,15€, repartindo-se por 122.594,05€ anuais. Serão afetados ao projeto 4 colaboradores internos e 6 técnicos externos. Os colaboradores internos terão as funções de: Diretora Executiva, com uma taxa de afetação ao projeto de 30%; Coordenador Operacional, com uma taxa de afetação de 75%; Coordenador Financeiro, com uma taxa de afetação de 50%; Comunicação, com uma taxa de afetação de 50%. Os técnicos externos terão uma afetação de 100% ao projeto, 1 com a função de Jurista e 5 com a função de Project Manager.

2. Encargos Diretos com a Aquisição de Bens e Serviços – Ascendem a um valor total de 97.238,48€, repartindo-se por 49.250,00€, 18.500,00€ e 29.488,48€, no primeiro, segundo e terceiro ano do projeto, correspondentemente. Nesta rubrica serão apenas realizados investimentos na aquisição de serviços, que se descrevem da seguinte forma:

(Por limitação de caracteres, não serão referenciados os fornecedores dos bens e serviços.)

Consultoria/ capacitação

XXXXXXXXXX

Divulgação do projeto

Desenvolvimento da imagem, produção de ferramentas de comunicação e suportes de divulgação do projeto

Ações locais de formação (inclui despesas com a organização e com os oradores)

Despesas com a promoção de seminários, ações de formação e sensibilização e outras atividades similares, nomeadamente as despesas com a organização e com os oradores

Seminário final de encerramento (inclui despesas com a organização e com os oradores)

3. Encargos Gerais – Os Encargos Gerais são as despesas necessárias à conceção, realização, desenvolvimento e gestão da operação, nomeadamente as despesas correntes de funcionamento como o consumo de água, eletricidade, comunicações, despesas gerais de manutenção de equipamentos e instalações, os materiais consumíveis e bens não duradouros.

No desenvolvimento do projeto, será necessário utilizar recursos da Fundação Bracara Augusta. Como tal, é necessário apurar quais os gastos gerais da Fundação que devem ser imputados ao projeto. Para tal, criamos a seguinte chave de imputação: (Nº horas utilização pelo projeto) / (Nº de horas totais de utilização dos recursos) * Fornecimentos e Serviços Externos.

O projeto terá um total de encargos de 500.000,00€, repartindo-se por 183.503,84€, 152.753,84€ e 163.742,32€ no primeiro, segundo e terceiro ano de implementação do projeto, correspondentemente.

Necessidades Líquidas de Financiamento – O presente projeto será financiado da seguinte forma:

1. Investidor Social (CM Braga) – Irá financiar em 30% dos encargos totais correspondendo a 150.000,00€, repartindo-se por 66.837,17€, 36.087,17€ e 47.075,65€ no primeiro, segundo e terceiro ano de implementação do projeto, correspondentemente.

2. Incentivo EMPIS/POISE – Financiamento total de 350.000,00€, repartindo-se por 116.666,67€ anualmente.

Rubrica	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Total
Encargos com Pessoal	122 594,05 €	122 594,05 €	122 594,05 €	367 782,15 €
Interno – Raquel Nair; Diretora Executiva; Afetação 30%	11 557,35	11 557,35	11 557,35	
Interno – Carlos Sousa Santos; Coordenador; Afetação 75%	19 262,2	19 262,2	19 262,2	
Interno – André Dantas; Financeiro; Afetação 50%	12 841,50	12 841,50	12 841,50	
Interno – Ilídio Marques; Comunicação; Afetação 50%	8 132,95	8 132,95	8 132,95	
Externo – A definir; Jurista; Afetação 100%	4 800,00	4 800,00	4 800,00	
Externo – A definir; Project Manager; Afetação 100%	13 200,00	13 200,00	13 200,00	
Externo – A definir; Project Manager; Afetação 100%	13 200,00	13 200,00	13 200,00	
Externo – A definir; Project Manager; Afetação 100%	13 200,00	13 200,00	13 200,00	
Externo – A definir; Project Manager; Afetação 100%	13 200,00	13 200,00	13 200,00	
Externo – A definir; Project Manager; Afetação 100%	13 200,00	13 200,00	13 200,00	
Encargos Diretos com a Aquisição de Bens e Serviços	49 250,00 €	18 500,00 €	29 488,48 €	97 238,48 €
Aquisições de Bens Móveis e Equipamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Restantes Encargos Diretos	49 250,00 €	18 500,00 €	29 488,48 €	97 238,48 €
Consultoria / Capacitação	15 000,00			
Consultoria / Capacitação	15 750,00			
Divulgação do Projeto	12 000,00	12 000,00	12 000,00	
Ações locais de formação (inclui despesas com a organização e com os oradores)	6 500,00	6 500,00	6 500,00	
Seminário final de encerramento (inclui despesas com a organização e com os oradores)			10 988,48	

Encargos Gerais	11 659,79 €	11 659,79 €	11 659,79 €	34 979,37 €
Encargos Gerais	11 659,79	11 659,79	11 659,79	
Total de Encargos	183 503,84 €	152 753,84 €	163 742,32 €	500 000,00 €
Necessidades Liquidas de Financiamento	183 503,84 €	152 753,84 €	163 742,32 €	500 000,00 €
Investidor Social (CM Braga)	66 837,17	36 087,17	47 075,65	
Incentivo EMPIS/POISE	116 666,67	116 666,67	116 666,67	
Total de NLF	183 503,84	152 753,84	163 742,32	500 000,00

4. Qual o Plano de Financiamento?

Indique qual o plano de financiamento proposto: o valor e percentagem de financiamento assegurado por cada Investidor Social; o valor e percentagem de financiamento público solicitado. (2000 caracteres)

O presente projeto tem associado um plano de financiamento composto por um investidor social e incentivo público.

O investidor social CM Braga compromete-se a financiar o projeto em 150.000,00€ (30%).

O incentivo público (EMPIS-PO ISE) será não reembolsável e no valor de 350.000,00€ (70%).

C. Equipa, Entidade Implementadora e Investidores Sociais

1. Qual a Entidade Implementadora (ou Coordenadora, no caso de Candidatura em Parceria) da iniciativa?

Descreva a entidade responsável pela iniciativa e a experiência que já tem na implementação de projetos de inovação social (projetos implementados e resultados alcançados). Descreva ainda o respetivo compromisso com a IIES, nomeadamente os recursos próprios que lhe serão alocados. (3500 caracteres)

A Fundação Bracara Augusta (FBA) é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por escritura pública em 18 de março de 1996. São seus fundadores, o Município de Braga, a Universidade do Minho, a Universidade Católica Portuguesa e o Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, com estatutos publicados no Diário da República n.º 121, IIIª série, de 24 de Maio de 1996, reconhecida em 27 de Fevereiro de 1997 pela Portaria n.º 109/97 IIª Série, de 24 de Março de 1997, publicada no Diário da República n.º 70, II Série. Foi declarada de utilidade pública ao abrigo do decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, por Despacho do Primeiro-Ministro de 23 de Abril de 2009, publicado no Diário da República n.º 85, IIª Série, de 4 de Maio de 2009, estatuto confirmado pelo Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, n.º 9534/2013, de 5 de Julho de 2013, publicado no Diário da República n.º 139, IIª Série, de 22 de Julho de 2013, que passa a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho.

A FBA tem desenvolvido uma vasta atividade em Braga através de atividades sociais e culturais próprias e em colaboração com outras instituições. Tem por missão realizar e apoiar iniciativas destinadas a fomentar o desenvolvimento cultural, social e económico.

No universo artístico e cultural, segue uma política de estímulo e de apoio a projetos inovadores, diferenciadores e de reconhecida qualidade que visam atrair diferentes tipos de público, fomentando uma oferta cultural participada e diversificada que procura projetar Braga a nível nacional e internacional.

Promover a sensibilização e formação de público de diferentes origens e idades pela arte contemporânea, oferecendo uma programação de excelência e diversificada e fortemente orientada para a sensibilização social e capacitação de atores sociais, nesta área a título de exemplo o projeto desenvolvido no âmbito da noite Branca de 2015 com cidadãos sem abrigo envolvidos na programação de comunidade.

No âmbito da vertente de apoio às políticas de juventude do concelho, a FBA continuará a desenvolver atividades e projetos relacionados com a temática da cidadania, da participação e do empreendedorismo social com e para os jovens em estreita articulação com o Concelho.

Nos projetos de juventude além da relação como o movimento associativo juvenil, salientar uma relação direta com os Agrupamentos de Escolas para a promoção de uma política de estímulo ao empreendedorismo social e de responsabilidade social corporativa, baseada num plano de ações concreto e de base inovadora.

O título de exemplo em 2016 a Capital Ibero-Americana da Juventude congregou de igual forma os esforços desta estrutura no âmbito da promoção dos ODS com a implementação de projetos, nomeadamente "Laboratórios ODS para o desenvolvimento da tua Cidade" e o projeto URBACT III "Boosting Social Innovation".

A FBA percorre um caminho de aproximação do gnration e do futuro HPH, às escolas, instituições sociais, tecido empresarial e em geral à comunidade bracarense. É nossa prioridade, em 2018, consolidar as parcerias já criadas e construir novas sinergias.

Fortalecer a notoriedade e a imagem Nacional e Internacional do HPH como um centro de referência no domínio da inovação social e no desenvolvimento da criatividade através de projetos inovadores de base social nas diferentes tendências internacionais identificadas como inovação social.

2. Caso se trate de uma Candidatura em Parceria, qual(is) a(s) Entidade(s) Parceira(s) da iniciativa?

Descreva a(s) entidade(s) parceira(s) da iniciativa e a experiência que já tem/têm na implementação de projetos de inovação social (projetos implementados e resultados alcançados). Descreva ainda o respetivo compromisso com a IIES, nomeadamente os recursos próprios que lhe serão alocados. (5000 caracteres)

Não Aplicável.

3. Caso se trate de uma Candidatura em Parceria, qual a natureza da intervenção de cada uma das entidades parceiras na iniciativa?

Descreva qual o papel, a intervenção e a contribuição (em recursos humanos, materiais e outros) de cada uma das entidades parceiras durante o projeto. (5000 caracteres)

Não Aplicável.

4. Qual a Equipa líder da iniciativa?

Descreva cada um dos membros da equipa que será responsável pela implementação do projeto a sua experiência prévia em áreas relevantes para este projeto e na implementação de projetos de inovação social (pessoas que exercem funções de gestão no âmbito da iniciativa com dedicação igual ou superior a 30%). (3500 caracteres)

Raquel Nair Pinto, pós-graduada em Gestão e Licenciada em Contabilidade e Administração. É Diretora Executiva da FBA desde março 2014.

Esteve envolvida na organização do "É preciso ter lata Braga 2015" e do "É preciso ter lata nacional". É Preciso Ter Lata! Canstruction® Portugal é uma causa ímpar contra a fome e é, ao mesmo tempo, um criativo concurso inter escolas de esculturas construídas integralmente com latas de alimentos.

Em 2016 esteve envolvida no projeto Re-food Braga.

Associa-se a iniciativas sociais da Cruz Vermelha Portuguesa e do Banco Alimentar Contra a Fome, entre outras.

Carlos de Sousa Santos, coordena o Programa de Juventude do gnracion e coordena Projetos Internacionais. É licenciado em Ciências da Psicologia e na Educação Não Formal tem-se afirmado internacionalmente, cooperando com a Comissão Europeia e com o Conselho da Europa desde 2003 na definição de políticas de Juventude orientadas para a inovação social e para a emancipação social dos jovens.

É membro da Bolsa de Formadores do Programa Erasmus+ Portugal desde a sua fundação em 2009 e membro da Bolsa de Formadores Europeia SALTO-YOUTH desde 2007, centro de recursos educativos da Rede Europeia de Agências Nacionais Erasmus+.

Foi o coordenador pedagógico da Braga 2012 Capital Europeia da Juventude e coordenador de projetos com o Organismo Internacional de Juventude para a Ibero-américa na Braga 2016 Capital Ibero-americana de Juventude.

Em 2015 coordenou 7 Cidades Europeias na criação do 1º Selo de Qualidade Europeu para Cidades Amigas dos Jovens no âmbito do Erasmus+.

É também especialista externo em inovação social da OIJ - Organização Internacional da Juventude para a Ibero-América desde 2011 e coopera regularmente com o Instituto Universitário de Investigação Ortega e Gasset, em Madrid e com o INAP - Instituto Nacional de Administração Pública de Espanha. Cooperar com o IPDJ IP enquanto consultor e formador em programas no âmbito da Educação Não Formal.

Está envolvido na Rede Europeia "Boosting Social Innovation" enquanto expert do Programa URBACT III e desde 2015 como coordenador do URBACT Braga Local Group.

João André Sousa Dantas, licenciado em Gestão e pós-graduado em Economia – Especialização em Economia da Empresa.

Iniciou o seu percurso profissional em 2001 como Técnico Oficial de Contas e desde 2003 desempenhou a função de Diretor Financeiro/ Administrativo em várias empresas.

É desde outubro de 2011 responsável pela coordenação de toda a área administrativa e financeira da FBA. Durante o 2012 Capital Europeia da Juventude, foi responsável pela análise e acompanhamento de todas as operações apoiados pelo QREN, garantindo a execução do projeto.

Ilídio Marques, é jornalista e programador, especializado na área da Cultura e Comunicação. Licenciado em Ciências da Comunicação, na variante Jornalismo.

Fundador do Rock Rola em Barcelos, plataforma de promoção cultural, dirige e edita o único jornal de música impresso à data no país. Trabalhou com publicações como o Jornal de Barcelos e Notícias de Vila Real, onde assume a produção da secção cultural. Colabora com publicações como a Vice Magazine ou o Jornal Universitário do Porto, entre outros.

Em 2012, é orador convidado na TEDx Barcelos na área de Cultura Local e Sustentabilidade.

Em 2013, a convite da Associação AIESEC, realiza estágio de voluntariado em Alexandria Egito, sendo responsável pela área da comunicação de eventos de cariz educativo, gestão da produção de conteúdos e comunicação interna e externa.

5. Qual o envolvimento dos membros da Equipa líder na iniciativa?

Indique a percentagem de dedicação ao projeto de cada membro da Equipa líder responsável pela implementação do projeto e apresente evidências do seu compromisso com os objetivos do PD. (2000 caracteres)

No que refere à percentagem de dedicação ao projeto, podemos aferir:

- Diretora Executiva Dra. Raquel Nair Pinto – 30%.
- Coordenador Dr. Carlos de Sousa Santos – 75%.
- Financeiro Dr. João André Dantas – 50%.
- Comunicação Dr. Ilídio Marques – 50%.

Conscientes da importância e da relevância da IIES para resolução dos problemas sociais, a equipa líder evidencia o seu compromisso com os objetivos na medida em que:

- Definem responsabilidade e tarefas específicas;
- Definem timings para desenvolvimento de conteúdos afetos às atividades e ao alcance dos resultados;

- Participam no processo de monitorização e de avaliação das iniciativas desenvolvidas na implementação do HPH;
- Participam, voluntariamente, enquanto profissionais, capazes de apoiar e de esclarecer determinadas questões formais e pedagógicas;
- Definem reuniões, internas, para clarificar pontos de situação, apresentando soluções e planos de melhoria se necessário;
- Assumem a sua experiência passada como positivamente contributiva na conceção, implementação, avaliação e encerramento do projeto;
- Se disponibilizam para reuniões, sempre que necessário, com investidores futuros, com possíveis stakeholders e com agentes sociais que procurem informações acerca do HPH;
- Se disponibilizam para um acompanhamento pós-iniciativa;
- Se disponibilizam para continuar a implementar as iniciativas de inovação social desenvolvidas pelos agentes sociais.

6. Qual(is) o(s) Investidor(es) Social(is)?

Indique qual(is) o(s) Investidor(es) Social(is) responsável(is) pelo cofinanciamento da iniciativa, qual o seu envolvimento anterior com a entidade promotora, o seu histórico de apoio a projetos de inovação social e o reconhecimento público desse apoio (prémios e distinções, referências na comunicação social, etc.). (5000 caracteres)

O município de Braga tem um papel central do ponto de vista académico e da dinamização económica no território do Minho, detém uma missão específica no desenvolvimento e na afirmação regional e nacional.

Afirma-se como potencial de conhecimento, pela existência de duas Universidades, que fomentam a investigação com vista ao desenvolvimento socioeconómico e à inovação, bem como do INL – Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, que assegura a excelência de investigação em alta tecnologia. Estes contextos de referência tornam Braga num concelho criativo, competitivo onde predomina a responsabilidade ambiental, social e a criação de valor. Além disso, é um concelho jovem, atrativo do ponto de vista do comércio, do turismo e do património religioso e cultural, fatores potenciadores da consolidação da “Marca Braga” no contexto regional e sua afirmação internacional.

1. Envolvimento anterior com a entidade promotora

Uma vez que a FBA tem na constituição dos Órgãos Sociais a Câmara Municipal de Braga, é perceptível a relação existente entre ambas as entidades. A CM de Braga está presente em todas as iniciativas e projetos desenvolvidos pela FBA, apoiando em várias facetas de conceção, de gestão, de implementação e de avaliação. Com ativismo e dinamismo na comunidade bracarense, a experiência de ambas as entidades tem enfoque especial nos problemas detetados por estes e que afetam, inequivocamente, os cidadãos. As ações passam pela inovação social, pela inclusão, como pelo âmbito da empregabilidade jovem.

2. Relação de controlo

A CM Braga não tem relação de controlo sobre a FBA, cumprindo integralmente o disposto no AVISO Nº POISE-39-2018-03.

3. Histórico de apoio a projetos de inovação social

O processo de construção da "Estratégia Braga 21", teve como pano de fundo uma abordagem sistemática à identificação das preocupações e problemas concelhios, para, posteriormente, se alavancarem projetos que promovam a qualidade de vida e bem-estar da população.

Definiram-se prioridades de ação para o período 2016-2021 com a cooperação dos parceiros da Rede Social e de especialistas na área do planeamento estratégico e metodologias participadas. Deste modo, promove-se a análise sobre as visões do Mundo e de Braga, o processo de avaliação e planeamento em toda a intervenção, a importância da governação integrada na intervenção com problemas sociais complexos e a definição de áreas geradoras de desenvolvimento que necessitam de uma escala de intervenção supramunicipal.

A complexidade e modelos acelerados marcam a atualidade e, por isso, é necessário que se realizem prognósticos, de modo a acompanhar as sucessivas mutações sociais, bem como os efeitos das crises e o impacto que têm sobre a sociedade. Assim, obrigam à (re)definição das políticas sociais externas, no que respeita à competitividade e internas, devido a imposições europeias para o país.

Estes pressupostos, criam impactos cumulativos e efeitos imprevisíveis no território que obrigam as sociedades a agir sobre estes cenários. Para tal, é fundamental a atração de investimento, o aumento da produção e produtividade e o reconhecimento da inovação social no desenvolvimento local.

Esta ação implica sociedades resilientes com capacidade de adaptação contínua face a grandes tendências evolutivas, suportar crises e perturbações sem colapsar, reorganizar a paisagem organizacional, agir sobre o que realmente é necessário, criar novos tipos de economia, redescobrir velhos ensinamentos e dinamizar pequenas economias.

4. Reconhecimento público desse apoio

A definição de uma estratégia integrada para o desenvolvimento e crescimento inclusivo implica um modelo de governança como um compromisso para a cidadania, tendo por base os princípios da participação, aprofundamento da democracia e de manifestação de energia cívica. Tal envolve e chama as pessoas a participar no processo de decisão e a encontrar soluções alternativas para os problemas e para a subsidiariedade, problemas que devem ser resolvidos através da dinamização de fóruns de discussão e criação de respostas de proximidade.

No âmbito dos fóruns para a identificação de áreas geradoras de desenvolvimento e que necessitam de uma escala de intervenção ao nível supramunicipal realçam-se as seguintes:

- Capacitação das organizações e dirigentes para o trabalho em rede e ao nível da inovação;
- Empreendedorismo social e inclusivo;
- Processo de auto-organização e participação dos públicos-alvo;
- Diagnóstico de proximidade ao nível da deficiência e violência doméstica;
- Soluções e estratégias para o desenvolvimento autossustentável do terceiro setor;
- Criação de comunidades de prática;
- Requalificação da paisagem organizacional;
- Défice de apoio ao transporte para doentes;
- Grupos-vulneráveis identificados: envelhecimento (isolamento e mais vulneráveis à questão da pobreza); comunidades étnicas (ciganos); pobreza infantil (famílias monoparentais e numerosas); sem-abrigo; toxicodependentes; e beneficiários de RSI;
- Programa de Emergência Social;
- Sistema de gestão e informação.

7. Que outras entidades contribuem para a iniciativa e para o cumprimento dos seus objetivos?

Indique que outras entidades, além da Entidade Implementadora e dos Investidores Sociais, têm um contributo relevante para a iniciativa em termos de competências e recursos. Indique ainda se o presente PD foi elaborado com o contributo ativo de destinatários, peritos ou parceiros. (3500 caracteres)

O PD teve o contributo de várias entidades e iniciativas, que com maior ou menos preponderância tiveram um papel de relevo no seu desenvolvimento.

Esse relevo ficou patente em 3 momentos principais:

1. Benchmarking

Foram estabelecidos contactos com diversas entidades que têm iniciativas de inovação social e que são consideradas práticas de referência a nível internacional e que estão a definir tendências de atuação na área social.

Destacamos:

- Social Fare – Torino;
- OPEN Incet – Torino;
- FabriQ – Milano;
- LUISS HUB – Milano;
- IMPACT HUB – Rotterdam, Torino, Milano;
- Centrum Rozwoju Zawodowego – Gdansk;
- Barcelona Activa EMPRESSES – Barcelona;
- Strasbourg SROI – Strasbourg;
- La Noria – Málaga.

2. Pressupostos teóricos

Foram estabelecidos contactos, criadas parcerias e feitas análises criteriosas que estiveram na base da definição dos pressupostos teóricos de conceção do HPH, a saber:

- Community Sense;
- Public Procurement/ Social Procurement;
- Transitional Arena;
- Impact Measurement;
- Blended Impact.

3. Network

Foi reforçada a rede de interação nacional e internacional, com o objetivo da criação de um fórum de reflexão, discussão e debate.

Na base desta rede network estiveram as entidades envolvidas nos projetos:

- Capital Europeia da Juventude 2012;
- Capital Ibero-Americana da Juventude 2016;
- URBACT Boostinno;
- URBACT Summer University;
- IMPACT HUB Network;

- Eurocities – SAF;
- Eurocities – EDF;
- Cities4Europe.

Estes parceiros contabilizam inúmeras iniciativas e organizações com capacidade de produção de valor social e de geração de inovação social e de impacto social nos contextos sociais de onde são originárias. Assim, e uma vez que já existe comunicação e articulação com as entidades implementadoras integradas nos programas, a participação e o envolvimento destes na IIES é ativa e de relevância. Com a inclusão destes na IIES, conseguimos adquirir contributos especializados, trocar pontos de vista e opiniões ao longo do processo, considerando as diferenças sociais, culturais, económicas e os backgrounds que cada entidade assume.

As entidades integradas nestes programas têm partilhado informações que demonstram a necessidade de urgência de intervenção e de inovação social sobre os mesmos eixos e prioridades, uma vez que os problemas sociais são comuns. Ao longo do processo de gestão da candidatura, as entidades integradas nos programas têm contribuído com know-how, testemunhos, experiências e feedbacks pessoais e sociais da sua ação no desenvolvimento de iniciativas de inovação social.

A multiculturalidade é fator de inovação e de diferenciação da IIES, visto que as entidades integradas nos programas são distribuídas por diversos países, como Polónia (Gdansk, Wroclaw); Roménia (Baia Mare); Itália (Milão, Turin); Espanha (Barcelona); França (Paris, Estrasburgo, Lyon); Suécia (Länsstyrelsen Skane); Portugal (Braga); Reino Unido (Birmingham); Alemanha (Frankfurt); Holanda (Rotterdam).

A abrangência territorial destas entidades é imensa e, com o desenvolvimento do HPH no seu próprio contexto local, aumenta o potencial de replicabilidade e institucionalização em diversos países europeus. Estes vão ser fatores chave para a sustentabilidade e para a continuidade da geração de impactos sociais positivos.

A rede de parceiros tem interesse em aplicar, localmente, o Programa HPH e potenciar a criação de resultados e a geração de inovação social transversal, enquadrada e contextualizada aos reais desafios e problemas da sociedade.

D. Sustentabilidade e Cidadania

1. Como terão continuidade as atividades da iniciativa após a conclusão deste projeto?

Indique como poderá esta iniciativa ter continuidade depois de concluído este projeto. Refira, por exemplo, se há previsão de receitas, de financiamento, de mobilização de recursos e competências de outras entidades, de geração de economias de escala, etc., que permitam dar continuidade ao projeto, total ou parcialmente. (5000 caracteres)

A continuidade e sustentabilidade da iniciativa HPH está garantida através da sua materialização em produto tangível, institucionalizável e, por isso, replicável em diferentes contextos e em diferentes regiões. Desta forma, o modelo proposto traduz-se num conceito de simples comunicação. Com esta tangibilidade, será fácil para qualquer entidade interessada no HPH aceder à informação, implementar a iniciativa e gerar os impactos sociais positivos esperados.

Tal como referenciado ao longo do PD, a nossa intenção de replicabilidade do Programa é elevada, sendo que a conceção e a implementação do HPH têm, per si, alocada a questão de diversificação e de adaptabilidade a distintos contextos, grupos e meios sociais.

Desta forma, sabemos, à priori, que não existem estrangulamentos significativos ao crescimento considerando que a IIES está pensada para o elevado potencial de criação de valor.

As atividades serão continuadas após o encerramento do projeto, uma vez que o término relativo à candidatura não se coaduna com o término da iniciativa. Assim, a continuidade da IIES é assegurada pela manutenção das atividades, sendo que estas serão contextualizadas e atualizadas de acordo com os ajustes e melhorias feitas ao programa. Em cada contexto de implementação, o HPH irá continuar a trabalhar em prol da inovação social, com profissionais e agentes sociais empreendedores e capazes de adotar novas ideias diferenciadoras e inovadoras.

A IIES é transversal e adaptável aos diferentes contextos e segmentos sociais. Logo, outros segmentos com incentivos e com facilidade em aderir, vão estar propícios à implementação do HPH, uma vez que reconhecem os benefícios que a IIES gera. Assim, só desta forma será possível ter uma solução eficiente e eficaz que a curto, médio e longo prazo vai possibilitar a erradicação dos problemas sociais.

Desta forma, a solução tem potencial de gerar novas iniciativas e potencia outras já existentes para resolver este e outros problemas sociais.

O modelo de escalabilidade previsto desenrolar-se-á através de replicação por franchising social, onde cada município aderente adquirirá uma licença de renovação anual de acesso ao HPH. A licença anual permite o acesso a formação-ação com profissionais no HPH e em inovação social, à coconstrução de planos estratégicos, de ação e de atividades, a ferramentas e instrumentos de suporte à implementação, a avaliação e monitorização e à rede HPH (através da associação de um nome identitário, por exemplo HPH Braga).

Pela capacidade de adoção eficiente e eficaz, sem dependência de recursos elevados e sem dependência de fatores limitativos à continuidade, a solução pode ser adotada como um serviço público dada a sua potencialidade de impactos sociais positivos, de benefícios diretos e indiretos.

Desta forma, a solução encontra-se codificada e pronta a ser disseminada e replicada.

As fontes de receita terão origem quádrupla, umas de caráter financeiro, outras de caráter variado:

1. Público: através da aquisição e renovação da licença anual; alocação de espaços físicos; recursos materiais; recursos humanos de suporte; recursos técnicos e pedagógicos, para capacitação, formação e mentoria.
2. Corporativo: através das suas estratégias de responsabilidade social corporativa constituindo-se como investidores sociais e voluntários corporativos.
3. Agentes sociais: através do banco de voluntariado civil e donativos sociais.
4. Academia: através de parcerias para o conhecimento; Observatório de Inovação Social; estudos de base científica e transferência tecnológica; realização de candidaturas para fundos de investimento nacional e internacional e relatórios de diagnóstico social.

Adicionalmente, perspetivando a elevada qualidade dos resultados e impactos, é estratégico que a IIES seja candidata a programas e prémios nacionais e europeus com o objetivo de obter reconhecimento e financiamento acrescidos.

Importa referir que as fontes de receitas geradas pela IIES vão ser investidas na melhoria do programa, através de diagnósticos sociais, de identificação de problemas e necessidades sociais constantes; na capacitação, através do desenvolvimento de novos métodos de trabalho e metodologias de intervenção e da captação de novos públicos-alvo, com diferentes backgrounds e diferentes realidades sociais.

A pertença a redes nacionais e internacionais no âmbito da inovação social permite a otimização de recursos partilhados e a geração de economias de escala a nível internacional. O envolvimento na IIES das entidades integrantes das redes de parceiros e a incorporação de novos parceiros permite garantir a adequabilidade da IIES a qualquer contexto europeu e mundial, reduzindo as barreiras à internacionalização e catalisando a continuidade, sustentabilidade, escalabilidade e institucionalização da IIES. Desta forma, garantimos a continuidade, não só da IIES, como dos impactos sociais positivos gerados pela mesma.

Desta forma, a solução é global.

2. Como se prolongarão os impactos sociais positivos gerados por este projeto após a sua conclusão?

Indique como será assegurado que os impactos sociais positivos desta iniciativa perdurarão para além do período de vida deste projeto. Refira se a durabilidade dos impactos sociais depois deste projeto serão assegurados, por exemplo, pela continuidade desta iniciativa ou pela apropriação social ou institucional da solução implementada. (5000 caracteres)

Os impactos sociais positivos da IIES serão continuados após o término da implementação de 3 anos. Ainda que todos os envolvidos sejam essenciais na continuação da geração de impactos sociais positivos, existem três fontes que vão trabalhar ativamente em prol desse objetivo comum:

1. Network

Estas entidades que, com intenção de colaboração desde o processo de candidatura, vão trabalhar sob o HPH e, localmente, gerar impactos sociais positivos junto da sua comunidade e dos públicos-alvo por estas identificados. Assim, e em constante adaptação às mudanças sociais, as entidades vão ajustar a sua ação às necessidades e aos desafios à data e, conseqüentemente, continuar o processo de geração de impactos sociais positivos. Conhecedoras dos problemas sociais e das prioridades de intervenção, estas entidades vão focar a sua ação na inovação social para a comunidade e com a comunidade, adaptando as iniciativas de inovação social aos públicos-alvo.

Desde o início, garantirão o prolongamento de impactos sociais positivos a rede de parceiros:

- Capital Europeia da Juventude 2012;
- Capital Ibero-Americana da Juventude 2016;
- URBACT Boostinno;
- URBACT Summer University;
- IMPACT HUB Network;
- Eurocities – SAF;
- Eurocities – EDF;
- Cities4Europe.

2. Observatório de Inovação Social

O Observatório de Inovação Social vai ter, na geração de impactos sociais positivos, um papel de relevo. Considerando a sua capacidade de diagnóstico social, de identificação de problemas sociais, de desenho do contexto social e do meio social, o Observatório de Inovação Social vai assumir mutações mediante as transformações sociais que se verifiquem ao longo dos anos. Para assegurar que os impactos sociais positivos ocorrem, o Observatório de Inovação Social deve conhecer a população com que trabalha e saber adequar a sua ação a novos públicos, com diferentes necessidades. Só assim é que é possível garantir que as iniciativas de inovação social criadas e desenvolvidas sob o HPH vão ter os impactos desejados após cada ciclo de implementação. As receitas conseguidas com a institucionalização do HPH pelos municípios serão destinadas à melhoria do Programa. Logo, o investimento será, sempre e sem exceção, feito em prol da continuidade da ação e da geração de impactos sociais positivos no âmbito da inovação social.

3. Rede HPH

Os impactos sociais positivos perdurarão para além do período de vida deste projeto, pois a IIES prevê ser implementada em ciclos anuais, em todas a rede HPH, onde todos os anos haverá novos agentes sociais a iniciar o processo. Desta forma, haverá um crescente número de pessoas envolvidas pelo aumento do número de entidades na rede e pelo aumento do número de pessoas envolvidas em cada uma das entidades. Estes aumentos dos envolvidos vai potenciar a geração constante de impactos sociais positivos, considerando a renovação dos alvos das ações de inovação social.

A abrangência da IIES é, efetivamente, mais abrangente e a contribuição para a resolução do problema social é superior quando comparada com as soluções já conhecidas.

Além dos impactos sociais positivos diretos que todos estes agentes sociais são capazes de gerar, é de ressaltar os impactos sociais positivos indiretos inerentes à IIES. O desenvolvimento de inovação social tem como objetivo, mais do que chegar somente aos agentes sociais que dinamizam e que apoiam a IIES, de chegar à comunidade e à sociedade civil que portam os problemas sociais no âmbito da inovação social e da exclusão social. Logo, se os impactos sociais positivos se fizerem sentir na ação maximizada destes agentes sociais, os impactos serão sentidos em toda a sociedade civil e em toda a comunidade que se cruza com a inovação social dinamizada com base na IIES.

Mais uma vez comparativamente às soluções conhecidas, a IIES destaca-se pelo custo inferior uma vez que é um programa comunitário, de livre acesso e sem restrição à participação. Ainda, oferece um acompanhamento e monitorização consistentes e que potenciam novas ações e novos impactos sociais.

Estamos conscientes que a IIES terá capacidade de, continuamente, gerar impactos sociais positivos. A solução pauta-se pela sua adaptabilidade e versatilidade de replicação, de escalabilidade e de

institucionalização. A solução está pensada para a sociedade e com a sociedade, encaminhando para a mudança de comportamentos sociais. Logo, com facilidade em se moldar aos problemas, às necessidades e desafios sociais, aos diferentes contextos e grupos sociais e às mudanças constantes, a IIES é uma fonte de geração de impactos sociais positivos altamente capacitada.

A continuidade de impactos sociais positivos que a IIES é capaz de potenciar em qualquer agente social vai refletir-se na transformação da realidade social dos envolvidos, da comunidade e da sociedade civil. Os impactos sociais vão abrir horizontes face às oportunidades de desenvolvimento, de crescimento e de replicabilidade da IIES, assumindo novos moldes na transformação da realidade social, quer por ação pessoal como por ação coletiva, e com base na inovação social e na inclusão social.

3. Como esta iniciativa contribui para os objetivos de Igualdade de Oportunidades e Igualdade de Género?

Indique quais os mecanismos de Igualdade de Oportunidades e de Igualdade de Género contemplados neste projeto.

Exemplos de mecanismos para prossecução dos objetivos da política da Igualdade de Oportunidades (IO): explicitação de prioridades a públicos-alvo específicos, tais como deficientes e desfavorecidos; acessibilidades do edifício para deficientes; instrumentos de trabalho específicos para deficientes; estratégia de divulgação da candidatura que garanta a todos os potenciais candidatos igualdade no acesso à informação; formação prévia de formadores participantes em IO; disponibilização de documentação relativa à temática da IO aos formandos; workshops dedicados à temática da IO.

Exemplos de mecanismos para prossecução dos objetivos da política da Igualdade de Género (IG): creche/infantário disponível para dependentes dos formandos; no caso de ativos empregados, possibilidade de realizar formação em horário que permita compatibilizar a vida profissional com a vida pessoal e familiar; prioridade ao sexo sub-representado na respetiva área profissional. (2000 caracteres)

Os objetivos de Igualdade de Oportunidades (IO) e de Igualdade de Género (IG) foram decisivos na consolidação da IIES.

Uma vez que a nossa ação pretende assegurar a dinamização de iniciativas de inovação social que respondam aos problemas sociais locais, nacionais e internacionais não seria, de todo, exequível a diferenciação de género ou de acesso às oportunidades.

Desta feita, ao longo do processo, assumimos um conjunto de atividades ativas e passivas para a promoção dos objetivos de IO e IG:

1. Ativas

- Na fase de preparação, abordamos aos objetivos da IO, sensibilizando para a temática e para a partilha de boas práticas;
- Na fase de preparação, abordamos os objetivos da IG, sensibilizando para a temática e para a partilha de boas práticas;
- Asseguramos que não existirá qualquer critério de seleção ou de preferência com base no género dos agentes sociais;
- Asseguramos o acesso às oportunidades existentes, com a partilha de toda a informação e conteúdos sem restrições de qualquer génese;
- Promoveremos ações de sensibilização para a IO e IG a todos os envolvidos na IIES.

2. Passivas

- Apelamos à participação de todos, sem discriminação e sem limitação;
- Promovemos a consciencialização e a sensibilização, quer por testemunhos, experiências, debates e partilha de informação e conteúdos, que pretende criar uma atmosfera de respeito e de diversidade aliada aos valores sociais europeus.

Os nossos objetivos são 100% inclusivos. Qualquer tipo de atitude e/ou atividade que promova o desfasamento social e sentimentos de exclusão são inaceitáveis. Em prol da inclusão social e da inovação social, é expectável que se promovam os princípios e objetivos básicos de IG e IO para que a ação seja, inequivocamente, tão inovadora e diferenciadora como é apresentada.

E. Breve Resumo do Projeto

1. Breve Resumo

Escreva um resumo breve do projeto que possa servir como peça de comunicação/divulgação. Ao preencher este campo está a autorizar a equipa da Portugal Inovação Social a divulgar esta informação específica no âmbito da estratégia de comunicação do Programa Parcerias para o Impacto. (3000 caracteres)

Obrigado pela preparação deste Plano de Desenvolvimento da IIES que deve ser anexo em formato pdf ao formulário de candidatura online no Balcão do Portugal 2020.

Exmo(a). Senhor(a)
Representante legal do(a)
FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA
Rua Santo António das Travessas, Nº 26
4700-040 BRAGA

N/Ref.º: 8960/POISE/SI/3.33/2018

Data: 06-11-2018

Entidade beneficiária:	503984701, FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA
Nº da Candidatura (Código Universal):	POISE-03-4639-FSE-000315
Título da operação:	Human Power Hub – Centro de Inovação Social
Tipologia de operação:	3.33 Programa de Parcerias para o Impacto
Concurso (Aviso):	POISE-39-2018-03
Organismo Intermediário (OI)	600086674 - ESTRUTURA DE MISSÃO PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL
Data de submissão da candidatura:	29-05-2018
Data de início da operação:	01-10-2018
Data de fim da operação:	30-09-2021
Natureza adjudicante do beneficiário:	Entidade adjudicante nos termos do nº.2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos

Assunto: Notificação da decisão de aprovação da candidatura n.º POISE-03-4639-FSE-000315

Na sequência da deliberação da Comissão Diretiva do POISE, fica(m) V. Exa(s) notificado(s) de que foi aprovada a candidatura identificada em epígrafe, nos termos constantes da decisão de aprovação n.º 377/2018/AG, de 05-11-2018, adotada no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que junto se envia acompanhada do respetivo termo de aceitação.

De acordo com as disposições articuladas dos números 1 e 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a aceitação do apoio é feita mediante devolução do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo máximo de 30 dias úteis contados a partir da data da presente notificação, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, sob pena de caducidade da decisão de aprovação.

Por fim, cumpre informar V. Exa(s) que do presente ato cabe reclamação para a Comissão Diretiva, a qual deve ser apresentada no prazo de 15 dias, bem como impugnação junto do Tribunal Administrativo e Fiscal competente nos prazos estabelecidos no artigo 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Com os melhores cumprimentos,

Autoridade de Gestão do POISE

Assinado por: **DOMINGOS JORGE FERREIRA
LOPES**
Num. de Identificação Civil: B1077544790
Data: 2018.11.06 13:29:19 Hora padrão de GMT



Anexos:

- Decisão de aprovação da candidatura proferida pela comissão diretiva da Autoridade de Gestão do Programa Operacional;
- Termo de Aceitação;
- Quadros de execução física e financeira.

Identificação

Entidade beneficiária:	503984701, FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA
Morada:	Rua Santo António das Travessas, Nº 26
Código Postal:	4700-040 BRAGA
Nº da Candidatura (Código Universal):	POISE-03-4639-FSE-000315
Programa Operacional:	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
Fundo:	Fundo Social Europeu
Eixo Prioritário:	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
Objetivo temático:	Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação
Prioridade de investimento:	Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego;
Tipologia de operação:	3.33-Programa de Parcerias para o Impacto
Título da operação:	Human Power Hub – Centro de Inovação Social
Natureza adjudicante do beneficiário:	Entidade adjudicante nos termos do nº 2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos

Termo de Aceitação

- 1) Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, declara-se que se tomou conhecimento, e é aceite nos seus precisos termos, a decisão de aprovação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego de 05-11-2018, e respetivos quadros anexos referentes aos compromissos e resultados físicos e financeiros, relativa à concessão de uma comparticipação financeira do Fundo Social Europeu à operação com o código POISE-03-4639-FSE-000315, designada por Human Power Hub – Centro de Inovação Social, apresentada pelo beneficiário FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA, nos termos do Aviso de Abertura de Candidatura n.º POISE-39-2018-03, Programa de Parcerias para o Impacto, a qual é parte integrante do presente Termo de Aceitação, obrigando-se o beneficiário ao seu integral cumprimento, sob pena de redução ou revogação do financiamento da operação, nos termos do artigo 23.º do citado Decreto-Lei n.º 159/2014, ou suspensão de pagamentos prevista no n.º 10 do artigo 25.º do mesmo diploma;
- 2) Declara-se que se assume o compromisso de respeitar todas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis à candidatura, em especial as previstas nas alíneas a) a k) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como as decorrentes da regulamentação específica do domínio Inclusão Social e Emprego, publicada pela Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, na sua atual redação, do Aviso de Abertura de Candidatura n.º POISE-39-2018-03, Programa de Parcerias para o Impacto, ao abrigo do qual a candidatura foi apresentada;
- 3) Mais se declara que:
 - a) se tem perfeito conhecimento da obrigação de executar a operação nos termos e condições constantes da decisão de aprovação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e dos respetivos quadros anexos relativos aos compromissos e resultados físicos e financeiros;
 - b) se tem perfeito conhecimento da obrigação de manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
 - c) se tem perfeito conhecimento da obrigatoriedade de possuir um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, assegurando a utilização de um sistema de contabilidade separado ou uma codificação contabilística adequada de todas as transações relacionadas com uma operação, de acordo com o legalmente exigido;
 - d) se tem perfeito conhecimento da obrigação de adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas com os fornecedores ou prestadores de serviços;
 - e) se assegura o fornecimento dos elementos necessários às atividades de monitorização e avaliação no quadro da implementação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e respetivo reporte à Comissão Europeia, obrigando-se designadamente à recolha de indicadores de realização e de resultado comuns e dos fixados nos termos da decisão de aprovação, em cumprimento da alínea j) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, sempre que solicitado e obrigatoriamente o Pedido de Pagamento de Saldo, incumbindo-lhe ainda apresentar nas candidaturas plurianuais, até 31 de março de cada ano, informação anual de execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior;
 - f) se aceita que os montantes de financiamento atribuídos à presente candidatura nos termos que vêm expressos nos elementos da decisão de aprovação anexos ao presente documento, bem como se compromete à consecução dos objetivos a atingir através da realização da operação apoiada, observando para o efeito o cumprimento dos valores fixados a título de consecução de resultados de operação, constantes dos referidos elementos;

- g) se tem perfeito conhecimento das obrigações decorrentes do recebimento indevido de verbas, designadamente quanto aos prazos para efetuar as restituições à Agência de Desenvolvimento e Coesão, I.P. e ao pagamento, em caso de incumprimento, de juros de mora, como se prevê no n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro;
- h) se tem perfeito conhecimento da necessidade de conservar e manter à disposição das autoridades comunitárias e nacionais todos os documentos que integram os processos contabilístico e técnico da operação durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do PO, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável ou na legislação específica em matéria de auxílios de Estado, se estas fixarem prazo superior, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- i) se tem perfeito conhecimento da obrigação de proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia, designadamente o Regulamento de Execução (UE) n.º 821/2014 da Comissão, de 28 de julho de 2014, e nacional, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, nomeadamente de que nos locais onde decorre o projeto deverão ser afixados cartazes contendo a publicitação do financiamento dos FEEI, pelo Estado Português e as insígnias nacional e da União Europeia, com referência ao período de programação 2014-2020, que deverão constar, também, nomeadamente, nos anúncios publicados ou editados por qualquer meio de comunicação, nas capas ou contracapas de materiais documentais, tais como estudos e recursos técnico-pedagógicos e manuais, nos diplomas ou certificados de frequência da ação de formação, nos seminários, workshops, ações de formação ou outros eventos, bem como nas infraestruturas, sob pena de redução do financiamento determinada em função da gravidade do incumprimento;
- j) se tem perfeito conhecimento da obrigação de permitir o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado das operações, de que a recusa por parte das entidades beneficiárias de submissão ao controlo a que estão legalmente sujeitas constitui fundamento de revogação da decisão de aprovação da candidatura, ainda que em operações cujo saldo tenha sido aprovado, nos termos da alínea h) do n.º 3 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- k) se tem perfeito conhecimento de que o desrespeito dos normativos aplicáveis, designadamente os que se referem à contratação pública, determina a aplicação do princípio da redução proporcional do financiamento, em função da gravidade do incumprimento, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- l) se tem perfeito conhecimento de que, ao abrigo do disposto, no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a não devolução do presente Termo de Aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, determina a caducidade da decisão de aprovação da candidatura, salvo quando seja apresentado motivo justificativo aceite pela autoridade de gestão;
- m) se tem perfeito conhecimento de que os pagamentos estão condicionados aos fluxos financeiros comunitários e que nenhum pagamento será efetuado sem prévia comprovação da situação regularizada perante a Administração Fiscal, a Segurança Social e no âmbito dos FEEI;
- n) não existem salários em atraso e se assume o compromisso de assegurar o pagamento tempestivo de remunerações a todos os trabalhadores e colaboradores ao longo do projeto cofinanciado;
- o) se tem perfeito conhecimento de que a condenação em processo crime ou contraordenacional, por factos que envolvam disponibilidades financeiras dos FEEI ou por violação da legislação sobre o trabalho de menores e discriminação no trabalho e emprego, nomeadamente em função do sexo, da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, é inibidora do acesso ao financiamento pelo prazo de 3 anos, salvo se da sanção aplicada no âmbito desse processo resultar prazo superior, caso em que se aplica este último, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- p) se tem perfeito conhecimento de que a acusação em processo crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras dos FEEI, ou a participação criminal por idênticos factos apurados em processo de controlo ou auditoria, condiciona o acesso aos apoios à apresentação de garantia idónea por cada pagamento, nos termos fixados artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- q) se tem perfeito conhecimento de que, sendo a entidade formadora, só exceionalmente poderá contratar a prestação de serviços a outras entidades certificadas para a realização da formação e apenas nos casos em que o seu perfil de certificação seja insuficiente para a realização integral do projeto, declarando ainda que a contratação de entidades formadoras certificadas é realizada mediante contrato escrito, nos termos conjugados dos artigos 12.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, dele constando a exigência de organização dos processos técnico e contabilístico relativos à operação, como previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 24.º do referido Decreto-Lei, bem como o dever de sujeição a ações de verificação, auditoria e avaliação por parte das autoridades de gestão e de controlo do FSE;
- r) se assume o compromisso de organizar e manter permanentemente atualizados os processos técnico e contabilístico da operação, previstos, respetivamente, nos artigos 8.º e 9.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, disponibilizando-os, em qualquer momento, para consulta das entidades legalmente autorizadas a fazê-lo;
- s) se tem perfeito conhecimento de que a prestação final de contas à autoridade de gestão e o correspondente pedido de pagamento de saldo final deverão ser apresentados até 45 dias úteis após a data de conclusão do projeto, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;



- t) se tem perfeito conhecimento de que o prazo correspondente ao pedido de pagamento de saldo final pode ser alargado nos casos em que a Autoridade de Gestão venha a aceitar o respetivo pedido de prorrogação do prazo de entrega, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março;
- u) se tem perfeito conhecimento de que os pedidos de reembolso e a prestação final de contas deverão ser obrigatoriamente submetidos à apreciação e validação por um contabilista certificado ou revisor oficial de contas (CC ou ROC) ou, quando as entidades beneficiárias sejam entidades da Administração Pública, pelo competente responsável financeiro, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março.

É titular da conta aberta no Banco _____, IBAN _____.

P	T	S	O
---	---	---	---

para a qual deverão ser transferidos os pagamentos dos apoios financeiros concedidos no âmbito da presente candidatura.

Todos os anexos fazem parte integrante do presente Termo de Aceitação.

Data: / / _

Os Responsáveis⁽¹⁾,⁽²⁾

¹ Assinatura de quem tenha capacidade para obrigar a entidade, reconhecida nessa qualidade e com poderes para o ato. Quando se trate de organismos da Administração Pública deverá ser assinado por quem tenha competência para o efeito, devendo ser aposto o respetivo selo branco sobre a assinatura.

⁷ Rubricar e autenticar todas as folhas deste documento.

Anexos

Entidade beneficiária:	503984701, FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA
Morada:	Rua Santo António das Travessas, Nº 26
Código Postal:	4700-040 BRAGA
Nº da Candidatura (Código Universal):	POISE-03-4639-FSE-000315
Programa Operacional:	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
Fundo:	Fundo Social Europeu
Eixo Prioritário:	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
Objetivo temático:	Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação
Prioridade de investimento:	Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego;
Tipologia de operação:	3.33-Programa de Parcerias para o Impacto
Título da operação:	Human Power Hub – Centro de Inovação Social
Concurso (Aviso):	POISE-39-2018-03
Data de submissão da candidatura:	29-05-2018
Data de aprovação da operação:	05-11-2018
Natureza adjudicante do beneficiário:	Entidade adjudicante nos termos do nº 2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos

Decisão de Aprovação da Candidatura

Considerando:

- Os termos da legislação nacional e comunitária aplicável ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego aprovado para 2014-2020;
- Que, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, na sua atual redação, foi nomeada a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.
- Terem sido formalizadas as candidaturas ao abrigo do regime jurídico dos FEEL aplicável ao Programa Operacional de que resultaram as decisões de cofinanciamento das ações e das entidades referidas e identificadas em anexo à presente Decisão;
- Que os apoios ora aprovados resultam de candidaturas que foram objeto de análise, seleção e instrução pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS);

Delibera a Comissão Diretiva do Programa, aprovar a concessão de uma comparticipação financeira do Fundo Social Europeu, à operação com o código POISE-03-4639-FSE-000315, designada por Human Power Hub – Centro de Inovação Social, apresentada pelo beneficiário FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA, nos termos do Aviso de Abertura de Candidatura n.º POISE-39-2018-03, nos precisos termos e montantes constantes do anexo à presente decisão.

A Comissão Diretiva do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Assinado por: **DOMINGOS JORGE FERREIRA
LOPES**
Num. de Identificação Civil: BI077544790
Data: 2018.11.06 13:30:25 Hora padrão de GMT



CARTÃO DE CIDADÃO



Decisão de Aprovação da Candidatura

Análise de Admissibilidade:

Efetuada a análise de admissibilidade da candidatura, verifica-se que se encontram preenchidos os requisitos de admissibilidade específicos de acesso à tipologia de operações (TO) 3.33 - Programa de Parcerias para o Impacto ("Tratar-se dum projeto que desenvolve respostas inovadoras para problemas sociais, distintas das respostas tradicionais pelo seu potencial de impacto e sustentabilidade que responde ao objetivo da Tipologia de operações", "A entidade beneficiária ser elegível nos termos definidos no AAC" e "Existência de investidor social elegível e com compromisso de cofinanciamento do Plano de Desenvolvimento da IIES"), tendo os mesmos sido avaliados com base na análise da informação prestada em sede de candidatura.

A situação em termos de idoneidade e de dívidas aos FEEI, à Autoridade Tributária e à Segurança Social, da entidade beneficiária, encontra-se regularizada, conforme informação disponível, nesta data, no SI FSE.

Os restantes requisitos gerais de admissibilidade previstos nos art.ºs 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, foram verificados numa base declarativa, de acordo com o termo de submissão da presente candidatura. Apesar de a entidade ter-se classificado, ao nível do formulário de candidatura, como não estando abrangida pela legislação nacional relativa à contratação pública, verifica-se que esse enquadramento não está correto. Atendendo à natureza da entidade em causa (fundação) e considerando que a mesma é maioritariamente financiada por dinheiros públicos, de acordo com a demonstração de resultados e o balancete analítico da classe 7 referentes ao ano de 2017, elementos enviados através de mensagem de correio eletrónico de 26-07-2017, esta pertence à tipologia de entidades identificadas/enquadráveis no n.º 2 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, pelo que se considerou que "É entidade adjudicante nos termos do n.º 2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos", procedendo-se à alteração da sua situação em termos de contratação pública no SI FSE.

Face ao exposto, no cumprimento dos procedimentos estabelecidos, propõe-se a presente candidatura para análise técnica. À consideração superior,

Análise Técnica:

Pontuação: 54,39

Parecer:

Parecer

Ao abrigo do previsto no art.º 9.º do Regulamento Específico (RE) do Domínio da Inclusão Social e Emprego (Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação), decorreu de 09-03-2018 a 30-05-2018 o período de apresentação de candidaturas à Tipologia de Operações (TO) 3.33 - Programa de Parcerias para o Impacto (AAC n.º POISE-39-2018-03), do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, correspondendo a um dos instrumentos de financiamento geridos pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, que assume a qualidade de Organismo Intermédio (OI) responsável pela sua análise, nos termos da delegação de competências celebrada com a Autoridade de Gestão.

Em 29-05-2018, a FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA submeteu uma candidatura à região Norte, na TO 3.33, referente ao projeto "Human Power Hub - Centro de Inovação Social", o qual, de acordo com o campo resumo do separador Operação > Caracterização, tem como objetivo resolver o problema social do "(...) baixo (re)conhecimento da inovação social e a ausência de estratégias transversais, contextualizadas e estruturadas que fomentem o desenvolvimento de inovação social. A solução Human Power Hub - Centro de Inovação Social (HPH) passa pela criação de um espaço de capacitação, cocriação e experimentação gerador de inovação social, promotor da criação de um ecossistema de inovação social.". A candidatura apresentada contempla 3 atividades, a realizar de 01-10-2018 a 30-09-2021, e prevê necessidades líquidas de financiamento (NLF) de 500.000,00 € (correspondendo às despesas previstas, atendendo a não estarem previstas receitas no período de execução da operação, apesar da entidade ter indicado incorretamente, no separador Custos do formulário de candidatura, o eventual financiamento por parte da Iniciativa Portugal Inovação Social e a comparticipação do investidor social enquanto Receitas próprias), das quais 350.000,00 € correspondem a financiamento público, e 150.000,00 € à comparticipação do Investidor Social, que é o Município de Braga (NIF 506901173).

Na sequência do processo de análise foram solicitados esclarecimentos adicionais (ofício ref.º ETF-046-2018 de 12-07-2018), aos quais a entidade deu resposta através de mensagens de correio eletrónico enviadas em 26-07-2018 e 12-09-2018.

A apreciação técnica realizada, vertida na Grelha de Análise, foi sustentada nos dados apresentados na candidatura e traduziu-se na atribuição de 54,39 pontos.

Face aos elementos apresentados em sede de candidatura e em sede de esclarecimentos adicionais, não se encontra justificada a necessidade de contratar 5 recursos humanos externos, afetos a 100% à operação, com a função de Project Manager. Assim sendo, considerando os elementos apresentados para justificar a necessidade desses recursos humanos e o facto de já estarem

previstos recursos humanos internos no âmbito da operação, equivalente a 2 recursos humanos a tempo completo, considera-se razoável a aceitação de 2 recursos humanos a 100% com a função de Project Manager, tendo-se indeferido os restantes 3 recursos humanos com essa função.

Em termos de contratualização de resultados propõe-se para aprovação um dos indicadores e metas propostos pela entidade beneficiária em sede de candidatura, e indicado em sede de esclarecimentos adicionais como indicador e meta a considerar:

"Incubação de 20 projetos de inovação social apoiados no contexto local, no âmbito da iniciativa "Human Power Hub – Centro de Inovação Social", no período de implementação da operação".

Considera-se que o indicador:

- 1) permite quantificar uma meta com base numa unidade de medida relacionada com o tipo de intervenção;
- 2) é mensurável ao longo e/ou na data de conclusão da operação;
- 3) permite dar uma noção do cumprimento das atividades propostas.

O indicador de resultado corresponde ao cumprimento a 100% da meta prevista.

Face ao exposto, propõe-se a aprovação integral da presente candidatura.

À consideração superior,

Análise Financeira:

Os apoios a conceder no âmbito da presente tipologia de operações são aferidos ao abrigo da legislação nacional e comunitária aplicável, designadamente nos termos da Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação, que aprova o Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, do enquadramento de elegibilidade de despesas, nos termos da Portaria n.º 60-A/2015 de 2 de março, na sua atual redação, e do cumprimento das disposições vertidas no Aviso de Abertura de Candidaturas (AAC) n.º POISE-39-2018-03, assumindo este concurso a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação. Na sequência da análise financeira efetuada à estrutura de despesas e de receitas da candidatura, é apurado um total de necessidades líquidas de financiamento elegível inferior ao apresentado pela entidade, pelo facto do custo total aprovado (381.200,00 €) ser inferior ao proposto pela entidade (500.000,00 €). A diferença entre o custo total proposto pela entidade e o custo total aprovado (118.800,00 €) deve-se à ineligibilização das despesas com 3 recursos humanos com a função de Project Manager, orçamentadas na rubrica 1 - Encargos com pessoal (26.400€ na atividade n.º 1, 64.350€ na atividade n.º 2 e 28.050€ na atividade n.º 3 -> 9.900€ em 2018, 39.600€ em 2019, 39.600€ em 2020 e 29.700€ em 2021), conforme parecer de análise técnica e considerando o ponto 20 do AAC (as despesas em causa não cumprem os princípios da economia, eficiência e eficácia e da relação custo/benefício).

Foi indicado incorretamente, no separador Custos do formulário de candidatura, o eventual financiamento por parte da Iniciativa Portugal Inovação Social e a comparticipação do investidor social enquanto Receitas próprias (500.000€), situação não conforme dado não terem enquadramento na definição de Receitas prevista na alínea j) do artigo 2º do Regulamento que estabelece as Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu (Portaria n.º 60-A/2015 de 2 de março, na sua atual redação). Assim sendo, procedeu-se à ineligibilização do montante de Receitas próprias inserido no formulário de candidatura, atendendo a não estarem previstas receitas no período de execução da operação.

De referir que a elegibilidade das despesas apresentadas em orçamento será aferida em sede de execução da operação, com base na conjugação de critérios relativos à natureza da despesa, razoabilidade e pertinência face às atividades executadas e tendo presente as disposições legais e regulamentares aplicáveis, destacando-se, a este respeito, a não elegibilidade:

- i) das despesas já financiadas por outra tipologia de operações no âmbito dos Fundos Europeus e de Investimento (FEI), incluindo a comparticipação do(s) investidor(es) social(is), o que configuraria uma situação de duplo financiamento;
- ii) das comparticipações efetuadas por investidores sociais que sejam simultaneamente prestadores de serviços no âmbito da iniciativa;
- iii) de quaisquer negócios jurídicos celebrados, seja a que título for, com titulares de cargos de órgãos sociais, salvo os decorrentes de contrato de trabalho celebrado previamente à submissão da candidatura do beneficiário.

Nos termos acima expostos, propõe-se a aprovação da presente candidatura com a estrutura de despesas e receitas constante do mapa de análise financeira, as quais se traduzem num montante de necessidades líquidas de financiamento elegível de 381.200,00 €, das quais 266.840,00 € correspondem a financiamento público, e 114.360,00 € à comparticipação do(s) investidor(es) social(is).

À consideração superior,

Responsável de Análise:

Na sequência do parecer técnico e financeiro emitido pelo OI/EMPIS, concordo com a aprovação das candidaturas constantes da presente Listagem.

Anexos

Entidade beneficiária:	503984701, FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA
Morada:	Rua Santo António das Travessas, Nº 26
Código Postal:	4700-040 BRAGA
Nº da Candidatura (Código Universal):	POISE-03-4639-FSE-000315
Programa Operacional:	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
Fundo:	Fundo Social Europeu
Eixo Prioritário:	Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação
Objetivo temático	Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação
Prioridade de investimento:	Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego;
Tipologia de operação	3.33-Programa de Parcerias para o Impacto
Título da operação:	Human Power Hub – Centro de Inovação Social
Natureza adjudicante do beneficiário:	Entidade adjudicante nos termos do nº. 2 do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos

Descrição Sumária da Operação:

O problema social que se pretende resolver é o baixo (re)conhecimento da inovação social e a ausência de estratégias transversais, contextualizadas e estruturadas que fomentem o desenvolvimento de inovação social.

A solução Human Power Hub – Centro de Inovação Social (HPH) passa pela criação de um espaço de capacitação, cocriação e experimentação gerador de inovação social, promotor da criação de um ecossistema de inovação social.

Indicadores Físicos³

Tipo de Indicador	Código	Indicador	Unidade de Medida	Metas contratualizadas
Resultado	R.09.05.02.P	Grau de cumprimento da meta contratualizada do Plano de Desenvolvimento	%	100.00

Indicadores Comuns do FSE, de recolha obrigatória (informação necessária para Caracterização dos Participantes das intervenções, de acordo com o conteúdo estabelecido no Anexo I do Regulamento (EU) 1304/2013, de 20 de dezembro):

I) Indicadores relativos aos Participantes

A. Identificação do participante

a. Sexo (M/F)

b. Data de nascimento (dd mm aaaa)

c. Nacionalidade (Portuguesa/Estrangeira)

d. Número de Identificação Pessoal (BI / CC, NIF, NISS, Outro)

B. Caracterização do participante no início da intervenção

a. Situação face ao emprego: (Empregado(a), incluindo auto-emprego/Estagiário(a)/Desempregado(a)/Inativo(a) estudante ou em formação/ Inativo(a) doméstico(a), reformado(a), outro)

b. Nível de escolaridade completo (ISCED 1 (1º e 2 ciclos básicos)/ISCED 2 (3º ciclo básico)/ISCED 3 (Secundário)/ISCED 4 (Pós-secundário não superior)/ISCED 5 a 8 (Superior))

c. Composição do agregado familiar (Número de crianças dependentes (menas de 18 anos ou inativas/as entre os 18 e os 24 anos)/Número de pessoas desempregadas/ Número de pessoas inativas (estudantes com 25 ou mais anos, domésticos/as, reformado/as, outros))

C. Caracterização do participante após término da intervenção (até 4 semanas)

a. Situação face ao emprego: Empregado(a) (incluindo auto-emprego)/ Estagiário(a)/Desempregado(a) que está à procura de emprego/ Desempregado(a) que não está à procura de emprego/ Inativo(a) (estudante ou em formação) que está à procura de emprego/ Inativo(a) (estudante ou em formação) que não está à procura de emprego; Inativo(a) (doméstico, reformado, outro) que está à procura de emprego/ Inativo(a) (doméstico, reformado, outro) que não está à procura de emprego.

b. Qualificação obtida após o término da intervenção: Manteve/Aumentou

D. Caracterização do participante seis meses após término da intervenção

a. Situação face ao emprego: Empregado/a (excluindo auto-emprego) cuja situação laboral melhorou/ Empregado/a (excluindo auto-emprego) cuja situação laboral se manteve/ Empregado/a (excluindo auto-emprego) cuja situação laboral piorou / Empregado/a por conta própria (auto-emprego) cuja situação laboral melhorou/ Empregado/a por conta própria (auto-emprego) cuja situação laboral se manteve / Empregado/a por conta própria (auto-emprego) cuja situação laboral piorou / Estagiário(a)/Desempregado(a)/Inativo(a)/Estudante ou em formação

II) Indicadores de realização relativos às Entidades

E. N.º de Micro, Pequenas e Médias empresas apoiadas (incluindo empresas cooperativas e empresas da economia social)

³ De acordo com a alínea e) do n.º 3 do Termo de Aceitação.

Estrutura de Realizações e Financiamento

Quadro 1

Realização Física	Solicitadas	A aprovar	Taxa de Aprovação (%)
Número de Atividades financiadas	3	3	100.00
Número de Atividades não financiadas	0	0	0.00
Número total de destinatários	0	0	0.00

Quadro 2

Rubricas FSE	Montante Solicitado (€)	Montante A Aprovar (€)	Taxa de Aprovação (%)
1. Encargos com pessoal	367 782.15	248 982.15	67.70
2. Encargos diretos com a aquisição de bens e serviços	97 238.48	97 238.48	100.00
3. Encargos gerais	34 979.37	34 979.37	100.00
Encargos em Regime de Custos Simplificados	0.00	0.00	0.00
Total	500 000.00	381 200.00	76.24

Modalidade de Financiamento

Regime de custos Reais ☒

Regime de custos simplificados ☐

Quadro 3

Rubricas	Total (€)	Ano 2018 (€)	Ano 2019 (€)	Ano 2020 (€)	Ano 2021 (€)	Taxa (%)
Contribuição Fundo	226 814.00	14 079.76	85 622.79	67 326.54	59 784.91	59.50
Contribuição Pública Nacional	40 026.00	2 484.66	15 109.90	11 881.15	10 550.29	10.50
Orçamento de Estado	40 026.00	2 484.66	15 109.90	11 881.15	10 550.29	10.50
Outra	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Financiamento Público	266 840.00	16 564.42	100 732.69	79 207.69	70 335.20	70.00
Contribuição Privada	114 360.00	7 099.04	43 171.15	33 946.15	30 143.66	30.00
Receitas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
TOTAL	381 200.00	23 663.46	143 903.84	113 153.84	100 478.86	100.00

Anexo

Entidade beneficiária:	FUNDAÇÃO BRACARA AUGUSTA
Nº da Candidatura (Código Universal):	POISE 03-4639-FSE-000315
Título da operação	Human Power Hub – Centro de Inovação Social
Tipologia de operação	3.33 - Programa de Parcerias para o Impacto
Concurso (Aviso):	POISE-39-2018-03
Data de submissão da candidatura:	29/05/2018
Data de início da operação:	01/10/2018
Data de fim da operação: 30/09/2021	

Indicadores Físicos

Indicador	Unidade de Medida	Meta contratualizada
Projetos de inovação social incubados, apoiados no contexto local no âmbito da iniciativa "Human Power Hub – Centro de Inovação Social", no período de implementação da operação	Nº	20
Grau de cumprimento da meta contratualizada	%	100%

IMPORTANTE - Fontes de Evidência Aceites:

- De carácter externo, disponibilizado por entidade idónea e a apresentar junto com os relatórios de progresso (entidade pública ou relatório de avaliação de impacto, caso o mesmo esteja previsto no âmbito da candidatura, realizado, por exemplo, por uma universidade), não sendo obrigatório nesse caso a identificação dos destinatários da iniciativa;
- De carácter interno, sendo nesse caso obrigatório apresentar os dados de identificação dos destinatários (nome, morada, nº do documento de identificação civil e fiscal e contacto telefónico).